

Capítulo 3 - O universo militar na sustentação do Império Português

Juliana Gesuelli Meirelles

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MEIRELLES, J. G. O universo militar na sustentação do Império Português. In: *Política e cultura no governo de Dom João VI: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821)* [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 247-329. ISBN 978-85-68576-87-8.

<https://doi.org/10.7476/9788568576878.0004>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O UNIVERSO MILITAR NA SUSTENTAÇÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

3.1 Preâmbulo

[...] onde eu existo, e resido é que necessariamente se deve considerar a sede, e ponto central do Império.

Príncipe Regente¹

Escrita do Rio de Janeiro, em maio de 1808, esta declaração de D. João aos seus governadores do Reino já demarcava uma mudança fundamental da perspectiva política que até então regia o Império Português: o Reino perdera o seu papel de nexo da unidade imperial², fato que colocava em cena a questão da *capitalidade* do Império Português. Ou, como demonstrou Maria Odila da Silva Dias, com a transferência da Família Real para o Brasil ocorria a interiorização da metrópole e com ela nascia o processo de ruptura com a velha política do Reino, assim como o “enraizamento de novos capitais e interesses portugueses, asso-

¹ ANTT. Série Ministério do Reino. Registro de Ordens expedidas pelo Príncipe Regente aos governadores do Reino. Livro 380, p. 10.

² LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. p. 119.

ciados às classes dominantes nativas [do Rio de Janeiro] e também polarizadas em torno da luta pela afirmação de um poder executivo central”.³ Já segundo a historiadora Maria Fernanda Bicalho, se o Rio de Janeiro fora desde 1763 a capital da Colônia, por ter-se tornado “a *cabeça* do Estado do Brasil e centro articulador de fronteiras, territórios, redes de interesses e negócios no Atlântico Sul”⁴, a partir de 1808 “a cidade se metamorfosearia em Corte e capital da monarquia e império português, redimensionando os elementos e o significado de sua *capitalidade*”.⁵

A questão da capitalidade também é enfocada pela pesquisadora Kirsten Schultz. Para a autora, a elevação do Rio em capital imperial faz parte de um projeto de metropolização da urbe, o que, na prática, “representava uma procura para tornar a cidade não apenas ‘esplendorosa’, mas também ordeira, decorosa, fiel. Neste sentido, tornando-se uma corte real, a cidade tornou-se policiada.” Ainda segundo Schultz, o sentido de policiar não era indissociável da ideia de seguridade pública. Torná-la metrópole, perpassava sobretudo pelo reconhecimento das “diferenças existentes entre a metrópole e a colônia de modo a poder diminuí-las” através de um projeto civilizador.⁶

Diferentemente de Bicalho e Schultz, a historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra analisa esse processo de transladação da corte dentro de um projeto político mais amplo, que fora elaborado

³ DIAS, Maria Odila da Silva. “A interiorização...” *Op. Cit.*, p. 179.

⁴ BICALHO, Maria Fernanda. “O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América Portuguesa”, p. 20 (Grifos do Original). In: www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie1.pdf. (Acesso em 17 de Abril de 2012).

⁵ *Ibid.*, p. 20 (Grifo Original).

⁶ SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: império, monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 194.

em fins do século XVIII pelos ilustrados luso-brasileiros. Segundo Lyra, este projeto buscava a regeneração do Estado Português, sendo o foco principal “o reforço dos laços de unidade entre Portugal e o Ultramar [...] com vistas ao desenvolvimento integrado de um *novo império*, unificador da grande nação portuguesa”.⁷

É neste contexto da transferência da corte portuguesa e das mudanças políticas advindas deste processo no Rio de Janeiro, em particular, e no Império Português, em geral, que se insere a discussão deste capítulo. O foco de análise centra-se na compreensão da importância da Real Academia Militar como um dos *locus de cultura* centrais da política cultural do governo joanino no Brasil, cujo objetivo basilar era a rearticulação das bases de sustentação do Império Português. Até 1807, a complexa diplomacia portuguesa de “neutralidade” causava grandes apreensões no Velho Mundo. Depois de 1808, a agressividade da política joanina com seus vizinhos espanhóis e franceses também foi uma realidade. A despeito disso, não trataremos especificamente da defesa do território imperial nem tampouco nos aprofundaremos nos projetos de nacionalização da prática científica impulsionados pelo espaço.⁸ Antes, discutiremos a questão da *defesa*

⁷ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia... Op. Cit.*, p. 44.

⁸ Tema caro ao campo específico de investigação – a história da ciência –, considero o avanço que a historiografia luso-brasileira tem nas últimas duas décadas. Dentre os principais pesquisadores da área destaco os diversos trabalhos de Maria Margaret Lopes, *O Brasil descobre a pesquisa científica: as ciências naturais e os museus no século XIX*. 2a. ed. São Paulo: HUCITEC, UnB, 2009. LOPES, Maria Margaret; SILVA, Clarete Paranhos; FIGUEIRÔA, Sívia F. de M.; PINHEIRO, Rachel. Scientific culture and mineralogical sciences in the Luzo-Brazilian Empire—the work of João da Silva Feijó (1760-1824) in Ceará. *Science in Context*, v. 18, p. 201-224, 2005. BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; VARELA, Alex Gonçalves. *Atividades científicas na “Bela e Bárbara” capitania de São Paulo (1796-1823)*. São Paulo: Annablume, 2009. WEHLING, Arno. O fomentismo português no século XVIII: doutrinas,

imperial a partir da vigência de uma Academia Militar como *locus de saber* indissociável de um projeto ilustrado em que a prioridade era a educação formal dos súditos reais, e que aparece-nos como um meio necessário de enfrentamento (mesmo que mais vinculado ao plano simbólico) da guerra contra Napoleão Bonaparte nos dois lados do Atlântico.

Nesse sentido, o estreito diálogo com as quatro autoras acima citadas foi de suma importância para repensarmos o papel político e cultural desempenhado pela Real Academia Militar do Rio de Janeiro, constituída no auge da crise política vivenciada pela monarquia portuguesa desde fins do século XVIII, tendo em vista a sua vinculação com a formação do novo Império português deste lado do Atlântico. Antes desse debate, no entanto, cabe-nos aqui refletirmos sobre a política educacional do Império Português antes da chegada da Corte joanina no Brasil.

3.2 O Reformismo Ilustrado Português: as instituições militares de D. José I a D. João VI

As academias que só apareceram muito tempo depois [das universidades], embora desprezassem as tolices das escolas, mas nem sempre ousaram elevar-se contra elas, porquanto há tolices que são respeitadas, atendendo a que se reportam a coisas respeitáveis.

Voltaire.⁹

mecanismos, exemplificações. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 316, p. 170-278, 1978.

⁹ VOLTAIRE. “Dicionário Filosófico” In: *Voltaire. Vida e Obra*. São Paulo: Editora Abril, 1978. Verbete: “Letras, gentes de Letras e Letrados”, p. 236.

Eis a contextualização de um dos maiores filósofos do iluminismo sobre o nascimento das Academias: um *espaço de saber* onde se encontravam as letras, as gentes das letras ou os letrados. A despeito disso, o pensador lamentava a perseguição que ainda ocorria aos homens de letras, “os verdadeiros sábios encerrados nos seus gabinetes que não argumentaram nos bancos das universidades nem disseram as coisas pela metade nos bancos das academias”.¹⁰ Para Voltaire, essa dramática situação ocorria pelo fato de eles serem julgados por “parvos”, sujeitos guiados pelo fanatismo, pela inépcia e pelo espírito de vingança.¹¹

Mesmo em tom de ironia, e conhecendo as “limitações” do meio literário (“O homem de letras paga igual tributo sem nada receber; desceu à arena por prazer, a si mesmo se condenou às feras”¹²), o filósofo francês defendia vivamente a propagação das luzes, consideradas intrínsecas ao progresso humano. No mundo de Voltaire e ao longo de todo o século XVIII as Academias desempenharam papel central no contexto da Ilustração europeia. Sendo um dos principais espaços da sociabilidade letrada, era nas Academias que os homens de letras debatiam os temas considerados caros ao progresso da nação pelas luzes da razão. No universo luso-brasileiro da primeira metade do século XVIII, os dois grandes destaques foram as Academias dos Esquecidos (1724) e a Academia dos Renascidos (1759), ambas em Salvador, à época capital da América portuguesa. Como bem conceitua a historiadora Iris Kantor, o academicismo deste período foi um importante estímulo no processo de reflexão dos laços entre Metrópole e Colônia, em que predominou a visão local da experiência

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ *Ibid.*, p. 236-7.

¹² *Ibid.*, p. 237.

colonial.¹³ Já sobre o sentido mais geral do fenômeno acadêmico na Europa das Luzes, a historiadora Ana Rosa Clochet da Silva destaca a importância do pertencimento a esses espaços. O pensar os “problemas das nações no âmbito científico e técnico” em um *locus* institucionalizado do saber atribuía seriedade profissional a essa elite intelectual, que acabava por se tornar uma ponte profícua no diálogo entre o governo e a sociedade, já que eram a eles que as monarquias “dirigiam os governos na busca de conselhos, sugestões e pareceres.”¹⁴ Para a autora, o fato de as Academias serem calcadas em um conhecimento pragmático que “proporcionava a conexão entre os diversos ramos da ciência, articuladamente ao desenvolvimento tecnológico e de ensino” elevava-as “à condição de peça fundamental de uma sociedade que se pretendia progressiva e dinâmica.”¹⁵

Segundo a definição do Dicionário Moraes e Silva, a Academia representava a “Seita dos Filósofos Acadêmicos”, sendo também a “Corporação de Sábios para comunicarem as suas luzes mutuamente, e promoverem as Artes, e Ciências, comunicando-as e patenteando-as ao público”. Não por acaso, o *status* de “Escola” e “Universidade” eram vinculados a esse espaço do saber.¹⁶ Nesse sentido, a estruturação e vigência de Academias Científicas – compreendidas como *locus* de produção e veiculação de conhecimentos passíveis de serem aproveitados para o progresso político e econômico das nações –, simbolizava, em última instância, o alcance da máxima do pensamento iluminista, isto é, o uso público da razão.

¹³ KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC/Centro Estudos Baianos, 2004. p. 16.

¹⁴ SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006. p. 111.

¹⁵ *Ibid.*, p. 111.

¹⁶ Verbetes “Academia”. Dicionário Moraes e Silva... Vol. 1, p. 18.

Especificamente no universo intelectual português, as principais bases do *Reformismo Ilustrado* tiveram como vertente a supremacia do carácter pragmático e experimental do conhecimento. Ou seja, na prática, houve uma clara valorização do Estado Português para as Ciências Naturais.¹⁷ E neste particular nos interessa ressaltar o sentido da reforma pedagógica de vanguarda empreendida por Pombal¹⁸ especificamente no que se refere à valorização do conhecimento militar. Nesse sentido, destacamos a criação do *Colégio dos Nobres* (1761) e a reforma da *Universidade de Coimbra* (1772), cuja orientação também privilegiou as ciências naturais e a experimentação, primando pela educação dos quadros militares do Reino. Enquanto o estatuto do *Colégio dos Nobres* enfatizava a importância das disciplinas de Arquitetura Militar, Arquitetura Civil e Desenho, a Universidade de Coimbra criava as Faculdades de Matemática e Filosofia Natural “entre outros objectivos, para desenvolver as aptidões dos oficiais da Tropa de Linha, nomeadamente os engenheiros”.¹⁹

Em relação ao carácter prático das reformas pedagógicas, foi notória a ênfase dada à Faculdade de Matemática. Segundo os estatutos, ao aprimorar o entendimento preciso da natureza, a matemática conduzia o Homem para uma atuação mais patente no processo de transformação do “grande número de artes úteis e necessárias ao Estado”, o que significava regular “as épocas e medidas do tempo; as situações geográficas dos lugares; as

¹⁷ DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro*. Rio de Janeiro: vol. 278, 1968; NOVAIS, Fernando. “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. In: *Aproximações: estudo de história e historiografia*. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2005.

¹⁸ VILLALTA, Luiz Carlos, *Reformismo ilustrado e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*, tese de doutorado, USP, 1999. p. 143.

¹⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. p. 65.

demarcações e medidas do terreno; as manobras e derrotas dos pilotos; as operações táticas de campanha e de marinha; as construções de arquitetura naval, civil e militar”. Isto englobava precisamente o aperfeiçoamento das “máquinas, fábricas, artifícios e aparelhos que ajudam a fraqueza do homem a executar o que d’outra sorte seria impossível às suas forças”.²⁰ Para o sucesso de tal empreitada, portanto, era necessário que o Estado promovesse a formação de “matemáticos insignes”, para que estes fossem empregados de forma proveitosa no Real Serviço.²¹ Como podemos notar, a valorização da Matemática como ciência de primeira ordem tinha um caráter político muito preciso: elevar Portugal entre as nações de maior relevo da Europa. Para tal intento valorizou-se a introdução de espaços de experimentação vinculados a esses dois cursos superiores: um observatório astronômico, um museu de história natural, um gabinete de física, um laboratório químico e um jardim botânico passaram a fazer parte da nova realidade educacional.

Se de forma mais geral a reforma pedagógica pombalina visava um maior diálogo cultural de Portugal em relação à Europa do Norte através de medidas modernizadoras que viabilizassem a *laicização* do conhecimento; na prática, contudo, manteve-se presente a “íntima conexão entre Universidade, Igreja e Estado”, nitidamente expressada na influência eclesiástica no quadro de professores da Universidade de Coimbra.²² Isto é, para

²⁰ PORTUGAL. Carta de lei de 28 de agosto de 1772. Dispõe sobre os Estatutos da Universidade de Coimbra. Lisboa, Regia Officina Typografica, 1772. [Parte referente à Faculdade de Matemática]. Vol III, Segunda Parte, p. 142-143. Disponível em: <http://scientia.artenumérica.org/estatutos_1772.html>. Acesso em: 24 mar. 2012.

²¹ *Ibid.*

²² SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a Nação... Op. Cit.*, p. 78. De acordo com a autora, “A presença de clérigos em pontos-chaves das reformas do ensino

além dos avanços teóricos e do suporte científico, o iluminismo português exprimia um de seus principais paradoxos: manteve a religião como base de sustentação do absolutismo monárquico. Mesmo primando pela *secularização do saber* – com a expulsão dos jesuítas da direção das instituições educacionais no Império Português –, as reformas pombalinas não permitiram, em última instância, a autonomização das instituições que formavam o aparelho do Estado.²³ Como bem definiu Munteal e Dahás, “A obra da ciência da natureza, de certa forma, se fazia dentro e fora dos Gabinetes, Museus e dos Laboratórios de História Natural”, uma vez que os “caminhos da ilustração luso-brasileira seguiam os passos da experiência aliada à ação”.²⁴

A execução desse projeto reformista estendeu-se também à Colônia e ficou sob a responsabilidade dos vice-reis Marquês do Lavradio (1769-1799), Luís de Vasconcelos (1779-1790) e também dos governadores do Grão-Pará e do Maranhão. Estes recebiam constantemente pedidos de estudo de exemplares da flora brasileira, assim como de produtos interessantes e comerciáveis para alavancar o processo de industrialização do Reino.²⁵ Como

– como era o caso da Universidade e da Real Mesa Censória – a visão elitista da educação e da própria estrutura administrativa do Estado, e, por fim, o objetivo de submeter à hegemonia deste todas as ordens de coisas estabelecidas, apareciam como expressão particular de *paradoxos* que, em última instância, estiveram no próprio cerne do movimento Iluminista.” (*Idem*).

²³ FILHO, Oswaldo Munteal Filho; DAHÁS, Nashla. “Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII”. *Revista Intellectus*. Ano 05. Vol. I. 2006, p. 3. Disponível em: <www2.uerj.br/~intellectus>. Acesso em: 23 abr. 2012. De acordo com os autores, “O Estado burocrático deve ser compreendido como um processo tendencial à autonomização relativamente aos estamentos eclesiásticos e nobiliárquicos no contexto da secularização geral da sociedade.”

²⁴ *Ibid.*, p. 8.

²⁵ DOMINGUES, ÂNGELA. “Notícias do Brasil Colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra)”. In: *Varia História*. Belo Horizonte. Vol. 22. n. 35., p. 150-174, 2006.

já destacamos em trabalho anterior, a partir de 1770 tal política educacional da Coroa também incentivou os estudantes da elite rural brasileira a aperfeiçoarem seus conhecimentos em Coimbra, o que, na prática, significava a condução de uma política cultural estatal de fomento à ciência, sobretudo no campo das ciências naturais.²⁶ Deste lado do Atlântico, durante os governos de D. José I e D^a. Maria I, floresceriam na Colônia dois estabelecimentos de destaque. Se entre os anos de 1772 e 1779 vigorou a Academia Científica do Rio de Janeiro – voltada para o estudo das ciências naturais, física, química, agricultura, medicina cirúrgica e farmácia²⁷ –, em 1798 era a vez da fundação do Seminário de Olinda. Sob a direção do bispo d. José Joaquim Azeredo Coutinho, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, o currículo do Seminário priorizava inteiramente a botânica e a mineralogia.²⁸ Em ambos os espaços, valorizou-se a atualização do ensino.

No período josefino o centro das reformas educacionais esteve atrelado primordialmente à Universidade de Coimbra. Já durante o governo de D^a. Maria I – apesar da valorização

²⁶ MEIRELLES, Juliana. *Imprensa e Poder... Op. Cit.*, p. 60. Para detalhes acerca da política pombalina e mariana para a Colônia ver: DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração...” *Op. Cit.*; VARELA, Alex. Gonçalves. *Atividades Científicas ... Op. Cit.*

²⁷ MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779”. In: *Educar*. Curitiba: Editora UFPR, n. 25. p. 39-57. 2005. Entre os anos de 1780 e 1785 a Academia esteve fechada sendo reaberta, apenas, em 1786 pelo vice-rei Luis de Vasconcelos e Sousa. Denominada de Sociedade Literária do Rio de Janeiro, o espaço foi liderado pelo poeta Manoel Inácio da Silva Alvarenga. Em 1794, seus membros foram denunciados e acabaram, por fim, presos. Este importante episódio político ficou conhecido na historiografia como a *Devassa do Rio de Janeiro*. Sobre as academias no Brasil na segunda metade do século XVIII, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura luso-brasileira... Op. Cit.*, p. 27-33. Para a importância das academias no Brasil na primeira metade do século XVIII, ver o trabalho clássico da historiadora Iris Kantor. KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Op. Cit.*

²⁸ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia... Op. Cit.*

destinada ao espaço²⁹ –, a rainha voltou sua política educacional prioritariamente para a estruturação e funcionamento da Academia de Ciências de Lisboa, a partir de 1779; espaço eleito pelos ilustrados como o *locus* de saber onde a aliança entre *ciência* e *política* se faria presente. Para Ana Rosa Clochet da Silva, tal Academia foi a instância articuladora da *ilustração portuguesa*, agora fortalecida nas suas tendências pragmática e cientificista. Nas palavras da autora,

Na produção intelectual da Academia iam beber os homens de poder – muitos deles, aliás, sócios da agremiação – orientando por esta literatura memorialista suas políticas fomentistas para o Reino e o Ultramar. Definia-se, assim, uma peculiar associação entre *saber* e *poder*, que daria o tom do reformismo do final do Setecentos.³⁰

A Academia era composta por homens da elite ilustrada luso-brasileira, sendo estes divididos entre sócios e correspondentes. Os primeiros estavam distribuídos em três classes: Ciências da Observação, Ciências de Cálculo e Belas Letras; já os segundos, na maioria das vezes, eram naturais do Brasil que viviam na Colônia.³¹ Ambos, no entanto, produziam suas

²⁹ Segundo Ana Rosa Clochet da Silva, a partir de 1777 a rainha encaminhou reformas importantes para a Universidade visando o rompimento do isolamento cultural do Reino. Entre as medidas de destaque a autora cita: tornar pública a Biblioteca da Universidade; reorganizar o corpo das disciplinas segundo uma visão humanístico-científica bem como à organização de um Corpo de Legislação portuguesa antiga e moderna, que tinha como finalidade a efetivação da criação da cadeira de Direito Pátrio, em substituição ao Direito Romano. Para Silva, estas mudanças formam o sentido “da orientação mental e política do reformismo luso-brasileiro pós-pombalino.” SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação... Op. Cit.*, p. 108-109.

³⁰ *Ibid.*, p. 113 (Grifos do Original).

³¹ “Quando a Academia passou a ter uma única publicação para as memórias de todas as classes (Ciências Naturais, Matemáticas e Belas Letras) o que ocorreu

memórias, que eram lidas e discutidas nas sessões d'Academia com o intuito de avançar o conhecimento científico acerca do Império Português.³² Nizza da Silva ressalta que, independentes do tema tratado, as memórias tinham o propósito de “aperfeiçoar a sabedoria popular e tradicional fazendo experiências e aplicando o saber científico na exploração tecnológica de alguns produtos naturais”.³³

De fato, a política reformista da Coroa no período mariano esteve muito preocupada com os espaços de educação e se fez sentir nos dois lados do Atlântico. Sobretudo durante o último quartel do século XVIII, algumas instituições pedagógicas de caráter mais geral tiveram destaque, tais como a criação da Aula de Debuxo e Desenho, no Porto (1779), a Real Casa Pia de Lisboa, no Colégio de São Jorge (1782). Especificamente no que concerne ao ensino militar ou das ciências da guerra, alguns espaços ganhavam relevância no Império Português. Em Portugal, em 1779, era criada a Aula de Engenharia e Estudos Matemáticos da Academia Real da Marinha, cujo objetivo era aprimorar a formação dos oficiais da armada em ciências matemáticas e astronômicas. Em 1782, institucionalizava-se a Academia Real dos Guardas-Marinha, destinada “à formação dos oficiais ‘hábeis e instruídos para a Armada Real’”.³⁴ Em 1790, surgia a Academia de Fortificação,

em 1815 com o aparecimento da *História e Memórias*, encontramos aí a lista dos sócios correspondentes. Aqueles que se encontravam no Brasil totalizavam 14, desigualmente distribuídos pelo território brasileiro: 7 no Rio de Janeiro (então sede da Corte), 3 na Baía, e 1 em cada uma das capitanias, São Paulo, Mato Grosso, Ceará e Pernambuco”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura luso-brasileira... Op.Cit.*, p. 340.

³² CARDOSO, José Luís. *Domingos Vandelli*. Memórias de História Natural. Porto: Porto Editora, 2003.

³³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura luso-brasileira...Op. Cit.*, p. 40.

³⁴ DUARTE, Elaine. “Academia Real dos Guardas-Marinha”. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Joanino*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 22.

Artilharia e Desenho. Segundo João Ferreira Campos, este espaço proporcionou ao oficialato português a instrução suficiente para “corresponder na parte militar às funções a que se destinavam”.³⁵ Em 1796, nasciam os estatutos d’Academia Real de Guardas Marinhas, que elevava a arte militar entre as mais úteis e necessárias ao Estado. Quanto às suas funções destacavam-se as manobras e percursos de pilotagem, operações práticas de campanha e da marinha, além da arquitetura naval e militar.³⁶ Três anos antes, porém, a congênere americana da Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho de Lisboa passava a existir no Rio de Janeiro, para “instrução das milícias e dos soldados do Rio”.³⁷

Ao analisar a relevância dos engenheiros militares e arquitetos para a Coroa portuguesa durante toda a colonização (1500 e 1822), a pesquisadora Beatriz Bueno destaca a importância dada ao desenho que, segunda ela, certamente era feito em mais de uma via: uma que se destinava aos conselhos ministeriais, e outra que seguia junto aos profissionais para melhor orientar o trabalho dos mestres de ofício. “O investimento na *ciência do desenho* (i. e., *ciência do projeto*) no âmbito das *Aulas de Arquitetura Militar* era, portanto, fundamental, tendo-se constituído num dos mais importantes instrumentos de uma ação política [da Coroa portuguesa]”, analisa a autora.³⁸

Datado de 17 de Dezembro de 1792, os estatutos da Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro,

³⁵ CAMPOS, João Ferreira. *Apontamentos relativos à instrução pública*, Lisboa, 1858, p. 12. *Apud* MARQUES, Fernando. Pereira. *Exército e Sociedade em Portugal no declínio do Antigo Regime e advento do liberalismo*. Lisboa: A regra do jogo, 1981, p. 79.

³⁶ DUARTE, Elaine. “Academia Real dos Guardas-Marinha”... *Op. Cit.*, p. 23.

³⁷ MARQUES, Fernando Pereira. *Exército e Sociedade em Portugal*... *Op. Cit.*, p. 79.

³⁸ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP/fapesp, 2011. p. 137-138 (Grifos do Original).

já enunciavam as principais bases e diretrizes do estabelecimento. De autoria do vice-rei Conde de Rezende, o documento proclamava ser a instrução dos discípulos o objetivo do novo *locus* de saber. Sobre a estrutura do curso de Matemática, dividido em seis anos, Rezende esclarecia:

Nos primeiros anos se ensinará a teoria de Belidor. No terceiro ano se ensinará a teoria de Artilharia, das Minas e Contra-minas, e a sua aplicação ao ataque e defesa das Praças, o que se fará pela doutrina de Sam Remy, na conformidade do Plano de Regimentos de Artilharia ou (o que é mesmo,) pela Artilharia de le Blond. [...] [a] instrução dos ditos cinco anos será dada pelo Lente do Regimento de Artilharia desta cidade.³⁹

Ao circunscrever o ataque e a defesa como linhas mestras do ensino da nova Academia, o vice-rei expunha a principal vinculação teórica do estabelecimento: a inspiração em Belidor, Sam Remy e le Blond, matemáticos europeus de grande destaque e influência da época,⁴⁰ demonstrava o vivo interesse da Coroa em estimular o conhecimento científico de ponta tendo como finalidade última a prática e a experimentação. Esse foco era tão valorizado que o 4º item do estatuto denominava-se *Dos exercícios práticos*. Sobre o currículo do terceiro ano, o documento enfatizava: “[Neste ano] se ensinará o manejo das bocas de fogo que se usam na Artilharia; fará construir bateria e exercitará os

³⁹ Estatutos da Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho, da Cidade do Rio de Janeiro. ANRJ. Coleção de Memórias, vol.12. *Apud* PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. *O Ensino Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. p. 89.

⁴⁰ HUTTON, Charles. *A Philosophical and Mathematical Dictionary Containing Memoirs of the Lives and Writings of the Most Eminent Authors*. 1815. Vol. 1., p. 147. Verbete “ARTILLERY”. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acessado em: 05 maio 2012).

discípulos em tudo o que for suscetível de praticar-se”. Já em relação às atividades do quinto ano, advertia que “se formará sobre o terreno alguma obra de fortificação da Campanha, assim como ensinará a Castrametação e tudo o quanto puder praticar-se relativamente às matérias que tiver tratado”⁴¹

Os estatutos também realçavam os critérios de admissão dos discípulos. Aqueles que desejassem se aprimorar no Curso Militar deveriam ter o conhecimento das “quatro espécies de Aritmética Ordinária”, além de demonstrar que “entendem suficientemente a Língua Francesa”, já que as obras tratadas no curso, muito provavelmente, seriam estudadas nesta língua. Ademais, os que quisessem dar continuidade aos estudos – e seguirem a profissão de Engenheiro – seriam “obrigados a mostrar por exames que sabem a doutrina correspondente ao primeiro ano (ao menos) e que tenham uma constituição robusta, sem defeito algum na vista ou tremura nas mãos.”⁴² Já os militares que se destinassem somente ao serviço de Infantaria e Cavalaria deveriam concluir os três primeiros anos do curso, tendo sido aprovados até o décimo livro do curso de Belidor.⁴³ O documento ainda informava aos interessados a estrutura do calendário letivo: as aulas ocorriam as segundas, quartas e sextas-feiras por “espaços de duas horas pelo que respeita as lições especulativas”. Depois das aulas teóricas, os Lentes exercitavam seus discípulos “por espaço de uma hora e um quarto no desenho da doutrina correspondente àquele ano”. As férias ocorriam de 21 de Dezembro a 06 de Janeiro, além dos descansos previstos durante a Semana Santa, Semana da Páscoa; e Festa do Espírito Santo.⁴⁴ Aqui, uma

⁴¹ Estatutos da Real Academia da Artilharia...”, *Op. Cit.*, p. 91.

⁴² *Ibid.*, p. 93.

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ *Ibid.*

ressalva: consideramos os estatutos uma importante representação do espaço que se desejava constituído deste lado do Atlântico pela Coroa, não sendo lido aqui como uma dimensão do real, que correspondia ao funcionamento cotidiano da Academia.

Ainda segundo os estatutos, a organização interna da Academia ficava sob a responsabilidade do secretário, que tinha “a obrigação de fazer as matrículas e assentos e de passar as Certidões do costume, como também de cuidar do arranjo e ordem da Biblioteca Militar, e na conservação da Planta e Mapas do Depósito.” Esse *locus* também contava com um Arquivo onde toda a documentação era conservada: ali era possível encontrar informações detalhadas sobre o desempenho acadêmico dos alunos, incluindo seus desenhos, como também “todas as Plantas, Cartas, e projetos militares que devem resultar das diligências de que forem incumbidos os Oficiais Engenheiros.”⁴⁵ Aqui fazemos uma digressão sobre a valorização dos arquivos por parte das monarquias absolutistas. Como nos mostra o historiador espanhol Fernando Bouza, a alta consideração dos reis à preservação e amparo às fontes manuscritas, tendo estas faces *públicas* ou *privadas*, fez parte de uma importante estratégia política das Monarquias Absolutistas durante o processo de formação do Estado Moderno.⁴⁶

Neste sentido, particularmente, a constituição e consolidação do Arquivo como o lugar da memória oficial ganha relevância e justifica toda a preocupação da Coroa em constituí-lo como parte fundamental dos *locus de cultura e saber*, uma vez que é nesse espaço que se dava a recolha de “escrituras públicas,

⁴⁵ *Ibid.*, p. 95.

⁴⁶ Para uma discussão pormenorizada sobre a importância dos manuscritos para o Antigo Regime Ibérico, ver: BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito – uma historia cultural Del siglo de Oro*. Madri: Marcial Pons. 2001.

diplomas e outros monumentos por escrito.”⁴⁷ Por essa ótica, compreendemos a premente iniciativa real em instituir um Arquivo Central no Brasil, passado exatamente um mês de sua chegada ao Rio de Janeiro. Datado de 07 de abril de 1808, o documento instituía o Arquivo com o fito de

[...] nele se reunirem e conservarem todos os mapas e cartas, tanto das costas como do interior do Brasil, e também de todos os domínios ultramarinos portugueses, mandando-se-lhe agregar engenheiros e desenhadores, os quais examinaríam as cartas das diversas capitânias e territórios do Brasil e exporíam o seu juízo sobre a autenticidade e exatidão das mesmas ou sobre a necessidade de serem corrigidas ou levantadas de novo.⁴⁸

A correspondência dos Governadores do Reino para D. João, em fevereiro de 1812, é também muito reveladora. Ao avisar o Príncipe Regente sobre um “considerável furto de importantes papéis”, ocorrido no Arquivo Real – a Torre do Tombo – em Lisboa, os governantes alertavam-no sobre as providências tomadas a “fim de se descobrir os delinquentes de um crime tão grave, e eles serem devidamente punidos”. Iniciava-se, portanto, uma devassa com a ciência e o apoio do Corregedor do Crime da Corte da Casa da Suplicação e também da Intendência Geral da Polícia. Especificamente sobre a alta consideração da Torre do Tombo, justificavam a atitude por se tratar de um “Arquivo tão respeitável, como o em que se guardam os papéis mais recomendáveis, e preciosos e que por isso mereceu sempre a particular proteção, cuidado e vigilância dos Senhores Reis destes Reinos”. Tais

⁴⁷ Verbete “Arquivo”. *Dicionário Moraes e Silva... Vol.1*, p. 173.

⁴⁸ Decreto de 07 de abril de 1808. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_23/dec_7abril.htm>. Acesso em: 02 jun. 2012.

providências ainda eram explicadas com o fito de “remediar os males passados e obviar os [males] futuros”.⁴⁹ Infelizmente, a correspondência não nos dá maiores pistas nem sobre a natureza desses papéis, nem sobre o teor das informações.

Esse parêntese sobre a valorização da Coroa aos Arquivos nos ajuda a refletir também sobre suas escolhas políticas. No período colonial, a opção da monarquia portuguesa constituir deste lado do Atlântico uma Academia Científica com viés militar demonstra a viva preocupação não apenas com a educação científica de seus súditos de além-mar, mas também com a valorização da segurança da capital colonial.⁵⁰ Segundo Maria Fernanda Bicalho, desde o século XVI a cidade fora alvo de “um intenso assédio por parte dos corsários e contrabandistas”, o que reiterava a constante preocupação e iniciativa real em “encerrá-la sob fortalezas, trincheiras e muralhas” através da ação de funcionários e engenheiros militares⁵¹, cuja função, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, se concentrava principalmente no levantamento de plantas urbanas e no desenho de mapas das várias capitanias.⁵²

Essa estratégia fazia parte do projeto reformista da Coroa Portuguesa, cuja política cultural, além de ter a pretensão de formar súditos fiéis e militarmente preparados para a defesa da Colônia, mantinha a continuidade do processo de fomento educacional de viés científico, agora com um *locus de cultura* destinado exclusivamente a tais aprendizados e reflexões. Em 1795, houve

⁴⁹ ANTT. Ministério do Reino. Livro 315. Correspondência n.º 140, datada de 11/02/1812.

⁵⁰ O historiador português Rogério Fernandes faz uma importante discussão sobre as diferentes vertentes do Iluminismo Português em relação à educação científica. FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC: Sociedade Portuguesa e o Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora, 1994. p. 122-165.

⁵¹ BICALHO, Maria Fernanda. “O Rio de Janeiro no século XVIII:...” *Op. Cit.*, p. 8.

⁵² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura luso-brasileira:...* *Op. Cit.*, p. 73.

um desdobramento da Academia de Artilharia, que passou a ser denominada de “Academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa”. O novo espaço seria voltado exclusivamente para o preparo dos oficiais da arma de Infantaria. De acordo com Adailton Pirassinunga, esta mudança ocorreu pela não adaptação dos alunos àquele meio, que tinham dificuldade com o aspecto abstrato da disciplina de Geometria e Fortificação. “[Foi] diminuto o proveito colhido pelos mesmos [alunos] que se escusavam de fazer a aplicação conveniente, seja pelos assuntos tratados na referida aula serem mais próprios aos oficiais de Artilharia, seja pelo pouco tempo que lhes restava, satisfazendo às obrigações do serviço diário do regimento”.⁵³ Sob as ordens do vice-rei Conde de Rezende, portanto, em novembro de 1795 era enviado para o Reino um novo estatuto, para aprovação real. Com o devido consentimento, o espaço funcionou até 1811, quando foi definitivamente substituído pela Real Academia Militar, instituição que discutiremos no próximo item.⁵⁴ Como notamos, desde fins do século XVIII a Coroa buscava a institucionalização de um espaço militar no Rio de Janeiro.

Para além das questões de política de Estado, o cenário internacional desde fins do século XVIII também aparecia como um horizonte de grande instabilidade. Com a independência dos EUA (1776) e o início da Revolução Francesa (1789), a constante iminência de guerra a Portugal e a desagregação do sistema colonial era uma realidade.⁵⁵ A crise política instaurava-se no coração do Império Português e tinha dimensões transatlânticas. Da Europa, os franceses eram os inimigos a serem evitados a todo

⁵³ PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. *O Ensino Militar ... Op. Cit.*, p. 43.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 44-9. A íntegra do novo estatuto foi publicada por Adailton Sampaio.

⁵⁵ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil... Op. Cit.*

custo; da América os próprios colonizados. No Brasil, a emergência da Inconfidência Mineira (1789) e da Conjuração Baiana (1798) já apontava para um novo horizonte de liberdade. A despeito disso, a sangrenta revolta de escravos no Haiti (1791), assim como o crescente processo de independência da América Espanhola apareciam como ameaças graves à ordem do Antigo Regime.

De acordo com o historiador István Jancsó, entre os anos de 1789 a 1801 as autoridades metropolitanas se viram diante de problemas políticos sem precedentes. Para o historiador, as razões das sedições na Colônia revelam a emergência de uma cultura política alternativa.

Ao contrário da cultura política do absolutismo ilustrado, circunscrita às elites e rigorosamente excludente, a nova que emerge tem por portadores os letrados, mas ao lado destes, estão agora, também, homens de ínfima condição no dizer da época, dotados, contudo, de visão política, qualquer que seja seu nível cultural.⁵⁶

É dentro desse horizonte *de instabilidade política* que a instauração da Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho ganha um sentido ainda mais amplo: a mudança do paradigma político dentro da Colônia justificava, por outros vieses, a sua existência. Com a transferência da monarquia portuguesa para o Brasil, sendo o Rio de Janeiro agora a sede da Coroa ou a capital imperial, a vigência de uma estrutura militar mais sofisticada justificava-se ainda mais fortemente. Afinal de contas, tratava-se da segurança da Família Real e sua corte. O universo militar na

⁵⁶ JANCÓS, István. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII.” In: SOUZA, Laura de Melo e (Org.), *Cotidiano... Op. Cit.*, p. 398.

nova capital passava a apresentar algumas (des)continuidades em relação à época em que ainda era sede do vice-reinado. A defesa aparecia como assunto de primeira grandeza.

Mormente entre os anos de 1808 e 1815 as guerras napoleônicas eram um fato deveras ameaçador para toda a Europa; sendo Portugal invadido três vezes pelas tropas francesas.⁵⁷ Ou seja, desde 29 de novembro de 1807 quando a comitiva real iniciava a travessia atlântica, os súditos portugueses que ficaram à margem do Tejo viviam sob a dura realidade da guerra contra a França. Em 1808 a invasão napoleônica no Reino não apenas marcava a *superioridade* política e militar de Bonaparte no Continente como também atestava o *abandono* do Príncipe Regente, que deixava a pátria sob a direção de uma junta de governadores.⁵⁸

⁵⁷ Entre 1807 e 1813, Portugal esteve envolvido na designada Guerra Peninsular, resultado das sucessivas invasões que as tropas francesas infligiram à Península Ibérica. Portugal foi alvo de três invasões: em Novembro de 1807 (início da primeira invasão comandada pelo general Junot), em Março de 1809 (segunda invasão comandada pelo general Soult), e em Junho de 1810 (terceira invasão comandada pelo marechal Massena). Para mais informações, acessar: <<http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais/eventos-em-documentos/invasoes-francesas/>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

⁵⁸ Com a vinda da monarquia para o Brasil, Portugal ficou sob o comando político de um Conselho de Governadores, composto por nobres e magistrados da estreita confiança de D. João, que acreditava serem eles todos fervorosos combatentes das idéias francesas. De acordo com o historiador Joaquim Veríssimo Serrão, “Eram eles o Marquês de Abrantes, D. Francisco da Cunha de Meneses, tenente-general do exército, o principal Castro da Igreja patriarcal que servia de regedor das Justiças, Pedro de Melo Breyer. Que detinha a presidência do Real Erário, e o tenente general D. Francisco Xavier de Noronha, presidente da Mesa de Consciência e Ordens. [...] Para as secretarias de Estado foram escolhidos o conde de São Paio, que mais tarde abraçou o partido francês, e D. Miguel Pereira Forjaz, que na pasta da Guerra prestou ao país, no período das invasões os mais altos serviços. Do conselho fazia ainda parte, nas funções de secretário, o doutor João Antonio Sales de Mendonça, desembargador do Paço e procurador da Coroa.” SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: a instauração do liberalismo (1807-1832)*. 3ªed. Vol. VII. Lisboa: Ed. Verbo, p. 20.

Neste período, a defesa do território nacional português contou com o apoio veemente dos governadores do Reino, homens de Estado de estrita confiança do Regente, como também e, sobretudo, com a maciça adesão do exército luso-britânico e da sociedade portuguesa na luta em prol da independência política e da regeneração nacional. Enquanto isso, em 07 de março do dito ano a realeza e sua comitiva chegavam sãos e salvos à América, sendo recebidos com vivas, fogos e tiros de canhões no Rio de Janeiro. Fato tão eminente para a história do Brasil, no entanto, não excluía a *dívida* do Príncipe Regente com os seus súditos que ficaram no Reino e sofriam as agrúrias da fome, do medo, da violência e da iminência da morte. Muito pelo contrário: aumentava-a. Tal escolha política – administrar o Império da América –, marcava uma rearticulação das bases de sustentação de seu poder sob uma perspectiva transatlântica; o que justificava a declaração de guerra ao Imperador francês e seus vassalos tão logo a Coroa estivesse a salvo, o que realmente ocorreu em 10 de junho de 1808. Do Rio de Janeiro, D. João ordenava que “por mar, e por terra se lhes façam todas as possíveis hostilidades” contra a Nação Francesa.⁵⁹

Nesta posição, o Príncipe Regente deixava claro a sua ciência de que a regeneração do Estado Português perpassava, necessariamente, pelo enfrentamento de uma guerra contra Napoleão pelas *duas margens* do Atlântico. Se em Portugal o foco da atuação política e militar visava à expulsão dos inimigos do território lusitano, o que significaria a salvação e independência do Reino; no Brasil era mister construir uma estratégia eficiente de defesa de tão vasto continente e parte fundamental do Império, como

⁵⁹ “Declaração de guerra aos franceses”. ANRJ. Tribunal do Desembargo do PaçoCx. 231, pct. 1. Doc. 1.

apregoava d. Rodrigo de Souza Coutinho desde 1803, para que a monarquia portuguesa se mantivesse a salvo.⁶⁰

Para tanto, a estruturação de uma ampla base beligerante deste lado do Atlântico era intrínseca ao funcionamento de diversas instituições reais. Aqui, particularmente, nos interessa referir a três importantes instituições que passaram a vigorar no Rio de Janeiro: a Imprensa Régia, a Intendência Geral da Polícia e a própria Real Academia Militar, conforme discutiremos adiante. Como bem circunscreveu a historiadora Maria de Fátima S. Gouvêa, “Munições militares e literárias eram instrumentos básicos em uma corte *europizada*, cabeça de uma totalidade política e territorial muito mais ampla, como a do Império português, então reconstituído como Império luso-brasileiro”.⁶¹

Primeiramente, destacamos a importância da fundação da *Impressão Régia* em 1808. De fato, entre 1808 e 1815 os súditos da monarquia portuguesa acompanharam a rearticulação do seu discurso político pelos prelos reais: nesses anos não só vigorou um importante “ciclo napoleônico”⁶² com uma grande gama de

⁶⁰ CHACON, Valmireh. *O Conde de Linhares*. Brasília: Theseaurus, 2008. p. 12. A preocupação com a defesa da Colônia e a importância das aulas de arquitetura militar em todo o território foi patente desde o final do século XVII, quando a Coroa lusitana institucionalizou estes espaços nos principais centros urbanos, a saber: Salvador (1696), Rio de Janeiro (1698-1699), São Luís do Maranhão (1699), Recife (1701) e Belém (1758). Para uma análise mais precisa, ver: BUENO, Beatriz. *Desenho e Designio... Op. Cit.*, p. 138-235.

⁶¹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro”. In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005. p. 726 (Grifo do Original).

⁶² A historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva denominou de “Ciclo Napoleônico”, a ampla produção de obras saídas da Imprensa Régia entre os anos beligerantes (1808 a 1815). No capítulo de mesmo título, a historiadora fez um minucioso estudo sobre a produção, entrada e circulação dos folhetos napoleônicos no Brasil, através de um sistemático levantamento dos principais títulos produzidos e impressos pela *Impressão Régia*. Para além dessa circunscrição das

obras contra o imperador da França, como também o discurso transatlântico da *Gazeta do Rio de Janeiro* foi pautado como arma de guerra.⁶³

Na correspondência de maio de 1808, supracitada na epígrafe deste capítulo, o intento de D. João não deixava margem a dúvidas. Segundo o Regente, “A moralidade das nações é a primeira [base] hoje da sua felicidade” e dela dependia “a Prosperidade, e a Grandeza do Estado”.⁶⁴ Para recuperar tão nobre desígnio, no entanto, o monarca conclamava os bispos, párocos e professores públicos a adentrarem nesta luta. Assim, então, pronunciava:

[...] concorram todos no limite do exercício de suas funções, a imprimirem aos Povos os melhores princípios de moral, o maior respeito à Minha Autoridade Real, aos Magistrados, e Delegados da mesma, e aquele amor da Pátria que mais que tudo segura a felicidade pública, e a estabilidade do Estado e pode mesmo revertê-la, quando perdida, como as últimas experiências acabam de mostrá-lo.⁶⁵

O amor à Pátria e o respeito à autoridade real – seja na própria figura do Príncipe Regente no Rio de Janeiro, ou através de seus representantes políticos no Reino –, perpassava, obrigatoriamente, por um processo de educação da sociedade luso-brasileira.

obras, Nizza da Silva também analisou as características e ressonâncias desses papéis na sociedade fluminense, comentando o conteúdo de alguns folhetos da época. SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Cia Nacional, 1978. p. 215-224.

⁶³ MEIRELLES, Juliana. *Imprensa e poder... Op. Cit.*, p. 91-129. A historiadora Raquel Stoiani também faz uma análise pormenorizada sobre o uso da Imprensa Régia como arma de guerra contra os franceses. STOIANI, Raquel. *Napoleão visto... Op. Cit.*, p. 106-164.

⁶⁴ ANTT. Série Ministério do Reino. Registro de Ordens expedidas pelo Príncipe Regente aos governadores do Reino. Livro 380, p. 5.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 6.

Como esclarece o pesquisador português Rogério Fernandes, “a ideia de educabilidade universal não desembocava na adoção de formas educacionais idênticas para todos os homens”. Tal concepção pedagógica, segundo Fernandes, teve implicações de relevância: se por um lado foi aceita pelo Antigo Regime como expressão da “essência humana”, por outro abriu caminho para a prática da “orientação profissional”.⁶⁶

No que concerne especificamente às possessões ultramarinas, o historiador Diogo Ramada Curto chama a atenção para os espaços públicos nos seus cruzamentos com a cultura escrita e formas próprias de sociabilidade na colônia, como cerimônias da monarquia nas procissões, das representações teatrais ou dos sermões nas academias literárias e científicas. Em um âmbito mais amplo, Curto mostra que até fins do século XVIII, a “comparação com a América espanhola, onde é maior o número de instituições políticas e culturais, segure que todo e qualquer esforço de concretização de uma política cultural era acompanhado de medidas centralizadoras, com as quais se reduzia o espaço para a diversidade local”.⁶⁷ Tal situação, segundo Curto, acarretou um ambiente educacional de veras peculiar no Brasil. O fato de os círculos privados estarem situados no mesmo patamar que a casa e a vida doméstica proporcionou que a sociedade colonial desenvolvesse maneiras próprias de educação, muito vinculada à configuração de espaços públicos aqui vigentes.

A despeito da importância de se delimitar as diversas formas de sociabilidade na segunda metade do século XVIII no Brasil, como bem demonstrou Curto, reiteramos que nosso objetivo

⁶⁶ FERNANDES, Rogério. *Os Caminhos do ABC: Op. Cit*, p. 124.

⁶⁷ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 440.

aqui é discutir as transformações educacionais e práticas culturais vigentes nos *locus de cultura* selecionados neste trabalho, que regeram a Corte no raiar do Oitocentos a partir da chegada da Família Real.

Com a governabilidade monárquica sediada deste lado do Atlântico, tornava-se imperativa a reestruturação governamental na nova sede do Império. Se a ordem de transformações da antiga capital colonial dar-se-ia em diversos níveis – com destaque para os universos socioeconômico, político e cultural⁶⁸ –, o impacto da convivência cotidiana da sociedade fluminense com as figuras da Família Real e sua corte pelas ruas do Rio de Janeiro importaria à Coroa uma nova compreensão da realidade que se delineava na história do Império Português. Como bem balizou a historiadora Maria de Fátima Gouvêa, com tais mudanças “buscava-se estabelecer condições para o pleno exercício da soberania portuguesa a partir da cidade do Rio de Janeiro, garantindo não apenas a sobrevivência da Coroa, mas também a do próprio Império”.⁶⁹

Segundo a autora, na prática tal situação situava a governabilidade da nova capital intrinsecamente associada aos órgãos encarregados da gestão do Império.⁷⁰ Nesse sentido, para além da Impressão Régia, há que se destacar a importância da Intendência da Polícia, do Rio de Janeiro que, sob a direção de Paulo Fernandes Viana também foi responsável pela obtenção do sucesso da guerra travada contra Napoleão Bonaparte. Como asseverou Lúcia das Neves, “em função do temor quanto à infiltração de

⁶⁸ Sobre as principais transformações ocorridas no Rio de Janeiro no período joanino, ver: MATTOS, Ilmar R. de. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil joanino... Op. Cit.*, p. 393-397. [Verbebe: Rio de Janeiro].

⁶⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima S. “As bases institucionais da construção da unidade...”, *Op. Cit.*, p. 708.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 711.

agentes napoleônicos [Viana] cuidou de ‘objetos secretos’ que ‘só tocavam ao soberano’” referindo-se, sobremaneira, a tudo “aquilo que dizia respeito aos partidários franceses”.⁷¹ Mesmo depois da Paz Geral, a partir de 1815, a preocupação do intendente quanto à defesa do Brasil e sobrevivência do Império foi uma constante.⁷² Nesse sentido, o cuidado e a diligência com todos que adentravam no Brasil constituiu uma das altas funções da Intendência da Polícia ao longo do período joanino. Ainda de acordo com Neves, “para cumprir esse objetivo, [o intendente] abriu um livro para a *legitimação* dos estrangeiros na polícia, no qual foram registrados, por ordem cronológica, os detalhes referentes a cada um [que aqui chegasse]”. A mesma intenção regulou as ações de Viana quando este legislou sobre a divulgação das obras estrangeiras, as quais seriam publicadas apenas sob a autorização da polícia.

Nesse processo de profunda reordenação política, enquanto a Intendência da Polícia ficou encarregada de “controlar

⁷¹ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “Paulo Fernandes Viana”. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Joanino... Op. Cit.*, p. 365.

⁷² Em Novembro de 1816, Paulo Fernandes Viana remetia ao Príncipe Regente um longo e importante Plano que tinha como foco a melhoria da atuação da Intendência da Polícia em todo o Reino do Brasil. Como Repartição responsável pela segurança da Corte, da família real e deste vasto continente, a correspondência de Viana versava, sobretudo, sobre o cuidado que o Regente deveria ter em relação à vigilância da costa brasileira e do interior do país. Se entre 1808 e 1815 a rígida fiscalização havia garantido o sucesso da atividade policial, mormente quanto ao perigo da disseminação das ideias francesas, depois da Paz Geral, a entrada de estrangeiros no país tornava-se muito mais frequente. E essa nova realidade impunha um desempenho mais específico da polícia que deveria ser aprimorar a espionagem para que o governo tivesse conhecimento de todos que adentravam e/ou saíam do território da América Portuguesa. ANRJ. Ministérios dos Negócios do Brasil. GIFÍ (OI), 6J-83. Esta documentação é de suma importância para a compreensão da atuação da Intendência da Polícia no período. A investigação em detalhes da atuação e proposta de Paulo Fernando Viana, no entanto, estrapola os objetivos deste estudo.

a ordem, administrar as obras públicas e organizar as tropas na corte”, tendo também, entre outras funções de relevo, constituído a Guarda Real da Polícia (responsável pelo patrulhamento da cidade)⁷³, cabia aos diretores da Impressão Régia imprimir “exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço”.⁷⁴ A Tipografia Real primava pela *divulgação e circulação* das ordens reais nos dois lados do Atlântico, tornando *público* os papéis oficiais. Dessa forma, o monarca emanava para todo o corpo social as diretrizes políticas adotadas pelo governo; fossem essas de aliança política e/ou militar ou mesmo de guerra contra o inimigo. Convém não esquecermos que a Impressão Régia estava subordinada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, comandado pelo líder do *partido inglês* d. Rodrigo de Sousa Coutinho, entre os anos de 1808 e 1812. A partir de 1808, portanto, duas ordens de acontecimentos passaram a ser o grande foco da monarquia portuguesa sob a concepção diplomática de Souza Coutinho. Enquanto deste lado do Atlântico a Coroa reestruturava toda a máquina governamental para melhor governar o Império, no Reino os súditos de D. João travavam uma guerra contra a França, que visava à total expulsão do exército napoleônico, que desde 30 de novembro de 1807 invadira Lisboa.

Se em um primeiro momento os portugueses teceram uma aparente posição de colaboracionismo com os invasores, inclusive a pedido do Príncipe Regente⁷⁵, não demoraria muito tempo

⁷³ ALGRANTI, Leila Mezan. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil joanino... Op. Cit.*, p. 230-234. [Verbete: Intendência Geral da Polícia].

⁷⁴ Decreto de 13 de maio de 1808 In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia ... Op. Cit.* p. XVII.

⁷⁵ NEVES, Lúcia M. Bastos P. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c.1808-1810)*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2008, p. 91-118.

para que a resistência coletiva se fizesse presente em Lisboa, através da proliferação de impressos clandestinos e da firme atuação do exército luso-britânico em solo português, com grandes repercussões dos dois lados do Atlântico.⁷⁶ Já em 13 de dezembro de 1807, notamos as primeiras manifestações contra a França. Nesta data, Junot elevou a bandeira francesa no Castelo de São Jorge, o que resultou em um intenso repúdio da sociedade portuguesa contra o invasor.

Alguns tumultos entre os soldados franceses e o “baixo povo” registraram-se, então, no Terreiro do Paço, alastrando-se pelas ruas vizinhas e chegando ao Rossio. Soldados franceses eram insultados de “palavras por alguns homens abjetos” que, em seguida, gritavam: “Vivam Portugal, vivam as cinco chagas e morra a França”.⁷⁷

A reação francesa foi de grande violência. Junot não apenas proibia toda reunião de pessoas pelas ruas da cidade como também determinava o desarmamento das tropas portuguesas, decretando pena de morte àqueles que afrontassem seus militares. Dentro desse contexto, não demorou muito para que ocorresse a tomada do poder pelos aliados de Napoleão. Entre os meses de fevereiro e agosto de 1808, Portugal ficou sob o Conselho de Governo francês presidido por Junot, que decretou medidas administrativas de grande prejuízo para os portugueses. Na senda dessas mudanças, novos impostos foram decretados, sendo sequestrados os bens da família real portuguesa e dos nobres que atravessaram o oceano juntamente com D^a Maria, D. João e Carlota Joaquina.

⁷⁶ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa... Op. Cit.*, p. 101-106.

⁷⁷ NEVES, Lúcia M. Bastos P. *Napoleão Bonaparte... Op. Cit.*, p. 95.

Com a chegada das notícias do Rio de Janeiro, em que pese à declaração de guerra contra a França assinada pelo Príncipe Regente, iniciava-se o processo de Restauração do Reino, que contou com o maciço apoio do temido exército inglês. Em finais de agosto, as tropas enfraquecidas de Junot saíam do Reino e assinavam a rendição. No dia 30 do dito mês, Inglaterra e França firmavam a polêmica Convenção de Sintra⁷⁸ que, segundo Valentim Alexandre, “foi uma operação decidida de forma unilateral pelo governo britânico, sem concertação [sic] prévia com qualquer órgão de soberania portuguesa”, incluindo sua embaixada em Londres, sob a liderança de d. Domingos de Sousa Coutinho.⁷⁹

Tal foi o fato, que em fins de setembro de 1808, Lisboa proclamava a Restauração completa do Reino. Como observa Lúcia das Neves, no entanto, nas comemorações desta importante vitória pela sociedade portuguesa, foram Wellington e Beresford os exaltados como os libertadores de Portugal⁸⁰, o que, na prática, representava a congratulação da aliança política e militar entre as duas Coroas, mesmo sob a forte (e desigual) liderança britânica. Depois da Convenção de Sintra, “o exército português [passou] a constituir claramente o corpo auxiliar, sem capacidade para

⁷⁸ Assinada em 30 de agosto de 1808, a Convenção de Sintra foi um acordo de guerra que, ao expulsar o exército francês de Portugal, estipulava, entre outros artigos, a “entrega de todas as praças e fortes no Reino de Portugal ao exército britânico (Art.1) excluindo desse modo os portugueses das decisões políticas e militares a ser decidida em meio à guerra. A convenção provocou contestação generalizada dos portugueses que pediam maior contemplação e respeito com a sua alteza e o governo que a representava. Para maiores detalhes sobre o acordo ver, ARAÚJO, Ana Cristina de. “As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais”. In: MATTOSO, José. *História de Portugal: o liberalismo*. vol. 5. Lisboa: Editora Estampa, 1994. p. 17-44.

⁷⁹ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993. p. 183.

⁸⁰ NEVES, Lúcia M. Bastos P. *Napoleão Bonaparte... Op. Cit.*, p. 105.

influenciar minimamente os planos de campanha ou os objetivos da acção⁸¹, contextualiza Valentim Alexandre. Ao olharmos por outro prisma, contudo, a saudação pública de tão iminentes militares ingleses também foi uma forma de reconhecimento das deficiências do exército português, com tropas insuficientemente organizadas e disciplinadas. De acordo com o historiador Fernando Pereira Marques, até as espingardas distribuídas nessa primeira batalha eram de origem britânica.⁸²

A despeito da ampla importância das manobras militares ocorridas no período beligerante em Portugal, nos interessa aqui discutir o sentido da figura do militar no Reino e das instituições militares para a sustentação do Império Português deste lado do Atlântico, uma vez que, mesmo sem invasões ou perigo de guerra, a valorização da educação e preparo militar do Estado era pautada no princípio abstrato de autoridade e soberania.⁸³ Não foi à toa que durante o governo de D. José I uma das principais preocupações políticas das reformas pombalinas foi a modernização do exército nacional, que teve na figura do Conde de Lippe o seu grande expoente.⁸⁴

⁸¹ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império...Op. Cit.*, p. 183.

⁸² MARQUES, Fernando Pereira. *Exército e Sociedade em Portugal... Op. Cit.*, p. 143. Sobre esse tema, a pesquisadora portuguesa Ana Canas Delgado Martins faz uma importante reflexão. De acordo com a autora, “Quando o Reino recuperou a independência, com a expulsão dos franceses, em Setembro de 1808, a questão do seu governo foi levantada no Brasil. A guerra e as respectivas formas de financiamento, ancorada na aliança Anglo-Portuguesa contra a França napoleônica, eram as questões principais até 1814 e mesmo depois, embora em circunstâncias não urgentes. As condições excepcionais das forças armadas persistiam. Por isso, os negócios de Portugal foram grandemente dominados por essa realidade”. MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais, 2007. p. 129.

⁸³ MARQUES, Fernando Pereira. *Exército e Sociedade em Portugal...Op. Cit.*, p. 42.

⁸⁴ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. “Exército, milícias e ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações”. In: *Revista Da Cultura*, 14,

De acordo com Arno Wehling e Maria José Wehling, durante a segunda metade do século XVIII Portugal também se inspirou no “estado de polícia” prussiano que despontava na Europa. Tal modelo primava por uma organização social que introduzisse critérios de racionalidade, ordem, segurança e disciplina no conjunto da sociedade. Segundo os autores, mais do que “um instrumento ou órgão encarregado de repressão às perturbações da ordem pública, o “estado de polícia” visava, antes, ser “um efetivo ‘disciplinador’ na sociedade”, uma das bases de atuação do Despotismo Ilustrado.⁸⁵

De fato, a partir de 1808 a monarquia portuguesa rearticulou as bases de sustentação do Império Português repensando a importância das diversas instituições de caráter cultural no espaço público. É dentro desse cenário de conturbada transição política que a instauração da Real Academia Militar do Rio de Janeiro, em 1810, situa-se como um dos espaços de cultura de grande importância da governança joanina para a sustentação do Império Português pelas duas margens do Atlântico. A vigência da Real Academia Militar ao longo do período joanino, associada à constante atuação da Intendência Geral da Polícia e ao apoio incondicional da Imprensa Régia, é parte central desse processo.

p. 27-28. Disponível em www.funceb.org.br/revista14/pdf. Acesso em: 15. mar. 2012. Segundo os autores, “Entre as ações do governo pomalino em relação à organização das forças terrestres, destacam-se a reforma do Exército português pelo Conde de Schaumburg-Lippe, a criação de auditorias de guerra e a atribuições de um papel mais relevante às milícias e ordenanças para a defesa do território, em especial o colonial. [...] A reforma introduzida no Exército português pelo Conde de Lippe, mesmo que apenas motivada pelo fator da ameaça externa, visou modernizá-lo em relação ao que ocorria em outros países. Reviu-se organização militar – a substituição dos terços, que procediam o modelo espanhol de início do século XVI, pelos regimentos, de inspiração francesa, formas de seleção de recrutamento, armamento e disciplina [...]”.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 28.

3.3 A Real Academia Militar e a educação dos súditos ilustrados da Coroa

A travessia atlântica da Corte portuguesa para o Brasil teve muitos sentidos simbólicos. No plano da diplomacia europeia, significou a prova cabal de que a monarquia portuguesa optara pela aliança com a Coroa britânica de Jorge III, que a despeito de ser a principal patrocinadora da viagem, tornou-se a partir de então a grande “aliada” de Portugal e seus domínios ultramarinos, econômica e militarmente. No Reino, o temido exército inglês esteve maciçamente presente durante as guerras napoleônicas (1808-1814), sendo Lord Beresford a figura que mais fortemente representou a (in)desejada presença inglesa no país até meados de 1820, quando eclodiu a Revolução do Porto, que exigia a reunião das Cortes e a monarquia constitucional. No Brasil, depois da *Abertura dos Portos às nações amigas*, em 1808, os ingleses se tornavam o maior parceiro comercial, tendo, inclusive, vantagens aduaneiras em relação a Portugal.⁸⁶

Deste lado do Atlântico, Lord Strangford – que desde 1807 era o representante diplomático da Inglaterra seja em Lisboa ou no Rio de Janeiro –, tornou-se figura emblemática da “amizade” entre os dois Impérios até meados de 1815. De acordo com o pesquisador Patrick Wilcken, Strangford “era o homem certo para o cargo: um manobrista diplomático, um defensor

⁸⁶ A partir de 28 de janeiro de 1808 era permitida a importação de gêneros e mercadorias estrangeiros, sobretudo das potências que mantinham boas relações com a Coroa Portuguesa. A lei referia-se, na prática, ao acordo com a Inglaterra, principal aliada de Portugal no âmbito da diplomacia europeia, em meio às guerras napoleônicas e rompia *definitivamente* com o Pacto Colonial ou Exclusivismo Metropolitano. Quanto às questões alfandegárias, a entrada de mercadorias estrangeiras nos portos brasileiros elevava os impostos aos produtos portugueses para 16% e dos demais países para 24%.

arrogante dos interesses britânicos a qualquer preço, um egoísta que mal deixava transparecer a sua má-fé quando as circunstâncias o exigiam”.⁸⁷ Já para a pesquisadora Ana Canas Delgado Martins, no Brasil Lord Strangford “adquiriu um estatuto diferenciado em relação ao Príncipe Regente [...] teve um acesso fácil ao soberano e apresentou a perspectiva britânica – por vezes o seu próprio ponto de vista – directamente a D. João e aos seus ministros”.⁸⁸ Um importante exemplo foi a assinatura do *Tratado de 1810* que, definitivamente, dava primazia aos ingleses, tendo o forte apoio de d. Rodrigo de Souza Coutinho.⁸⁹

Se por um lado, a vinda da Corte para o Brasil significava a chance de a monarquia portuguesa salvaguardar a integridade política da Coroa, e tentar manter vivo o sistema absolutista, em crise eminente desde o final do século XVIII; por outro lado, a transladação da Família Real não deixava de ter um certo caráter de humilhação política⁹⁰, que por muito tempo maculou entre os

⁸⁷ WILCKEN, Patrick. *Império à Deriva*. A corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Objetiva. 2005. p. 22.

⁸⁸ MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos...* *Op. Cit.*, p. 145.

⁸⁹ O Tratado de 1810 foi resultado de uma longa e conflituosa relação comercial e diplomática entre Portugal e Inglaterra e englobou questões econômicas, políticas e religiosas. Aqui, particularmente, nos interessa destacar a preeminência britânica em relação às taxas alfandegárias, que passaram a ser no valor de 15%, uma medida de grande vantagem inclusive sobre Portugal, que pagava uma taxa aduaneira de 16%. Para maiores detalhes sobre o Tratado de 1810, consultar: FARIA, Sheila de Castro. “Tratado de 1810”. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Joanino...* *Op. Cit.*, p. 434-437.

⁹⁰ Aqui utilizamos o conceito de Humilhações Políticas do historiador francês Pierre Ansart. Segundo o autor, o conceito é intrínseco a compreensão dos sofrimentos, em que os afetos são repensados em toda sua complexidade, intimamente ligados aos mais diversos fatos, situações, acontecimentos. Os episódios traumáticos que se conservem na memória das vítimas ou seus descendentes devem ser repensados em uma dimensão política, em que o humilhado aspira, mesmo muito tempo depois, apagar a ofensa, restabelecendo o que considera como o direito de vingar a humilhação. Nas palavras de Ansart: “Portanto,

portugueses a figura de D. João VI como o monarca que fizera da sociedade portuguesa a grande vítima de Napoleão Bonaparte. Por outro lado, este mesmo Rei manteve a Coroa e a Dinastia dos Bragança no poder. De qualquer modo, mesmo na América, D. João conservou o seu reinado, a corte e a sede do governo. Para tristeza e possível humilhação dos súditos reinóis, o Regente encontrava-se no ultramar.

Ademais, se a residência do rei europeu na América era uma absoluta novidade, a constituição de uma *nova corte* no Rio de Janeiro à imagem e semelhança de Lisboa, tampouco, deixava de sê-lo. Construir uma Corte saudável, policiada e, em última instância, civilizada era, portanto, tarefa das mais importantes. “Vista como simbolizadora do império português, porque fazia a ‘representação de todo ele’, a cidade deveria ter extirpado de si os hábitos *bárbaros*, os quais relacionavam à falta de beleza, de higiene, e de organização das ruas”, explica a historiadora Marieta Carvalho, ressaltando que a presença do discurso civilizador foi uma constante no período.⁹¹

Nesse sentido, a questão da saúde pública aparecia como primordial. Por ordem do Príncipe Regente, o físico-mor Manoel

importam as lembranças da humilhação, o sofrimento que vem atrelado a um passado não esquecido. Este sentimento de humilhação é bastante particular, pois pode se alimentar de uma representação, de um trauma tão odioso que é sentido como indelével, ou referir-se de forma confusa a uma situação complexa, da qual o sujeito se encontra dependente e é importante para modificar. Pode-se ser humilhado violenta mas provisoriamente por uma situação de fracasso, que é na sequência superada. Pode-se também, viver um fracasso análogo e senti-lo de uma forma que a humilhação não possa ser esquecida, e se transforme, para o sujeito, em fonte de um sofrimento experimentado como insuperável, vivido de forma obsessiva.” ANSART, Pierre. “As Humilhações Políticas”. In: MARSON, Izabel; NAXARRA, Márcia. *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 16-17.

⁹¹ CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma idéia... Op. Cit.*, p. 102.

Viera da Silva publicava pela Impressão Régia, já em 1808, o livro *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima do Rio de Janeiro*.⁹² Tal atitude demonstrava o vivo interesse de D. João em circunscrever o novo espaço urbano pela concepção de uma *cidade ilustrada*, pautada, obviamente, pelas singularidades intrínsecas ao universo cultural lusitano. Pela ótica da Ilustração portuguesa, as transformações urbanas foram concebidas como parte de uma política de reafirmação do poder real.⁹³ No período, o ato de *policar* a cidade equivalia a *civilizá-la*. Para esse fim, entretanto, seus idealizadores políticos – como o físico-mor, por exemplo, tinham em vista o propósito de promover a ordem e o bem-estar, sempre através do *Estado de Polícia*. Nas palavras desse ilustrado, era chegada a “feliz época” de os habitantes do Rio de Janeiro saírem “da desgraça, que os rodeava, e entrar na história das Nações Policiadas”.⁹⁴

O início do processo das modificações urbanas no Rio de Janeiro ocorreu simultaneamente à reestruturação burocrática do Estado.⁹⁵ Particularmente em relação ao universo administrativo, foi criado o Conselho Militar e da Justiça (1808), que ficava responsável por todas as matérias que pertenciam ao Conselho de Guerra, ao Almirantado e ao do Ultramar, no que referia somente à parte militar. Como já salientou Maria de Fátima Gouvêa, “Notória era a diferenciação observada na forma de a Coroa gerir as

⁹² SILVA, Manoel Viera da. *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808.

⁹³ CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma ideia...*, *Op. Cit.*, p. 5.

⁹⁴ SILVA, Manoel Viera da. *Reflexões...*, *Op. Cit.*, p. 5.

⁹⁵ Um importante trabalho sobre as mudanças urbanas é o da historiadora Madalena Lima, intitulado: *Aspectos da vida cotidiana na cidade do Rio de Janeiro na visão de três viajantes estrangeiros: Debret, Rugendas e Maria Graham*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2000.

finanças do seu Império em relação ao tratamento das matérias sob a Guarda do Conselho Militar e da Justiça”. Segundo a autora, neste particular “Lisboa mantinha quase intacta a sua jurisdição sobre assuntos em relação à maioria dos domínios ultramarinos, ficando o Rio de Janeiro como a cabeça de comando das forças e dos assuntos que diziam respeito apenas ao Estado do Brasil”.⁹⁶ Ainda em 1808, o Príncipe Regente criava o **Arquivo Real Militar**, destinado a preservar os mapas e plantas de fortalezas, baterias e artefatos de guerra já existentes no Brasil.⁹⁷ Entre as funções do espaço destacava-se a conservação “em bom estado de todas as cartas gerais, particulares, geográficas ou topográficas” existente em todo o território brasileiro e demais domínios ultramarinos.⁹⁸ O Arquivo estava diretamente subordinado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sendo também dependente do Erário Régio e da Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, sendo seu diretor responsável por todo o acervo e demais planos militares em execução pelos engenheiros do espaço (como os planos de Fortalezas, Fortes e Baterias, ou ainda todos os projetos de estradas, navegações de rios, canais, portos etc.) que, por ventura, lhes fossem confiados. O Regimento ainda previa que todos os funcionários empregados no Arquivo ficariam “*ligados ao maior segredo* em tudo o que de sua natureza assim o exigir”, tendo sob as mãos a responsabilidade de todas as

⁹⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “As bases institucionais da construção da unidade...”, *Op. Cit.*, p. 719. Essa diferença de atuação entre os grupos políticos e economicamente ativos nas duas partes do Império, em última instância, foi um dos grandes fatores que gerou a eclosão da Revolução do Porto, em 1820.

⁹⁷ Para informações mais detalhadas sobre o Real Arquivo Militar, acessar a Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA), um projeto do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro In: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2788>.

⁹⁸ Regimento do Arquivo Militar presente no Decreto de 07 de abril de 1808. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_23/dec_7abril.htm (Acesso em 02 de junho de 2012).

matérias ali desenvolvidas.⁹⁹ De início, a direção do espaço coube a Henrique Isidoro Xavier de Brito, sargento-mor e engenheiro da Corte.¹⁰⁰ O regimento real reiterava a importância que a Coroa destinava à conservação dos documentos oficiais, sobretudo os referentes à defesa e progresso urbano do território.

A Academia Real dos Guardas-Marinha e sua Companhia foram trasladadas para o Rio de Janeiro junto com a Família Real. Instalada nas dependências do Mosteiro de São Bento, o início de seu funcionamento deu-se em meados de 1809. Com um currículo de duração de três anos, os alunos se aprofundavam mais nas matérias náuticas, além de contarem com aulas práticas de fuzil, canhão, morteiro e obus, lições de esgrima e manobra naval.¹⁰¹ O *locus de saber* também mantinha uma biblioteca especializada, aberta à consulta desde dezembro de 1809.¹⁰²

Em um contexto em que a segurança da nova capital aparecia como preocupação de primeira grandeza, não nos causa espanto o grande número de ordens e regulamentos reais referentes ao universo militar, geralmente divulgado na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em 1816, por exemplo, um anúncio informava aos moradores da Corte que estes podiam encontrar na Loja da Gazeta as

⁹⁹ *Ibid.* Regimento do Arquivo Militar... (Grifo Nosso). O Regimento ainda determinava os vencimentos do diretor e engenheiros do estabelecimento: “O Engenheiro Diretor e mais Engenheiros empregados nos catálogos e análise das cartas e obras, serão considerados como em diligencia ativa, e terão soldo e meio da sua patente e a gratificação correspondente, que era 800 réis para os subalternos, 1\$000 para os Capitães, 1\$200 para os Sargentos Mores, 1\$400 para os Tenentes Coronéis, e 1\$600 para os Coronéis. Os Oficiais empregados no desenho terão além do seu soldo mais 20\$000 mensalmente. O Porteiro terá de gratificação 50\$000”.

¹⁰⁰ PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. “Academia Real Militar”. In: *Anais do Congresso da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1975. p. 50.

¹⁰¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura luso-brasileira...* Op. Cit., p. 67.

¹⁰² A importância da estruturação dessa biblioteca na nova corte será discutida no próximo capítulo.

seguintes obras: *Regulamentos do Ex.mo Beresford, Regulamento de Infantaria, Dito de Cavalaria, Dito de Caçadores, Dito de Milicianos, Regulamento para o Exército de Portugal, Dito de Ordenanças, Prática para os Conselhos de Guerra, Máximas da Guerra e Instruções Militares, Privilégios dos Milicianos*. O mesmo aviso ainda colocava a disposição do público “um grande sortimento de livros Militares tanto em *Português* como em *Francês*”.¹⁰³ Do recrutamento das tropas à administração dos recursos materiais necessários para a manutenção dos corpos militares, é patente a atuação dos homens fortes do governo joanino, com destaque para a figura do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra¹⁰⁴ e do Intendente da Polícia (Paulo Fernandes Viana). Enquanto o primeiro ficava a cargo de “centralizar a operacionalização das relações externas da Corte Portuguesas [sic], a partir da sede brasileira”¹⁰⁵, ao segundo era destinada a responsabilidade tanto pela organização da defesa militar quanto do abastecimento da cidade; uma articulação vasta e complexa que envolvia importantes atores históricos.¹⁰⁶ Em maio de 1810, por exemplo, o governo decretava a criação de novos regimentos de Milícias de Caçadores de Henriques na Corte; atitude que contou com o

¹⁰³ GRJ. 1816. n. 90 (Grifos do Original).

¹⁰⁴ De acordo com Ana Canas, entre 1808 e 1821, o Brasil possuiu 08 Ministros do da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a saber: d. Rodrigo de Souza Coutinho/Conde de Linhares (1808-1812), d. Fernando de Portugal/Conde de Aguiar (1812), D. João de Almeida Melo e Castro/ Conde de Galveias (1812-1814), d. Fernando de Portugal/ Marquês de Aguiar (jan.1814 – jan.1817), d. Antonio de Araújo de Azevedo/ Conde da Barca (dez.1816 – jun.1817), João Paulo Bezerra (interino em 1817), Thomaz Antonio Vilanova Portugal (nov.1817 – dez.1820) e d. Pedro de Sousa e Holteim/ Conde de Palmela (dez.1820 – fev.1821). MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos... Op. Cit.*, p. 428.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 130.

¹⁰⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “As bases institucionais da construção da unidade...”, *Op. Cit.*, p. 730-731.

grande esforço empreendido por Paulo Fernandes Viana. É no bojo dessas transformações que se estruturou e vigorou a Real Academia Militar no período joanino.

Datado de 04 de Dezembro de 1810, o decreto real especificava detalhadamente as razões de uma corte imperial possuir uma Academia Militar. Vejamos:

Faço saber a todos que esta Carta virem, que Tendo consideração, ao muito que interessa ao Meu Real Serviço, ao Bem Público dos Meus Vassallos, e a defesa e segurança dos Meus Vastos Domínios, que se estabeleça no Brasil, e na Minha atual Corte e Cidade do Rio de Janeiro, um Curso regular das Ciências exatas, e de Observação, assim como de todas aquelas que são aplicações das mesmas aos Estudos Militares e Práticos, que formam a Ciência Militar em todos os seus difíceis e interessantes ramos, de maneira que dos mesmos Cursos de estudos se formem hábeis oficiais de Artilharia, Engenharia e ainda mesmo Oficiais da classe de Engenheiros Geógrafos e Topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de Minas, de Caminhos, Portos, Canais, Pontes, Fontes e Calçadas: Hei por bem, que na Minha atual Corte e Cidade do Rio de Janeiro, se estabeleça uma Academia Real Militar para um Curso completo de Ciências Matemáticas e Ciências de Observação, quais a Física, Química, Mineralogia, Metalurgia, e História Natural, que compreenderá o Reino Vegetal e Animal, e das Ciências Militares em toda a sua extensão tanto de Tática como de Fortificação e Artilharia.¹⁰⁷

A constituição da Real Academia Militar era parte integrante do projeto reformista de d. Rodrigo de Souza Coutinho,

¹⁰⁷ Carta de lei de 04 de dezembro de 1810. Dispõe sobre a criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/anteriore/1824/cartadelei-40009-4-dezembro-1810-571420-norma-pe.html> (Acesso em 10 de junho de 2012)

que desde a decisão da transladação da Corte para o Brasil voltava à cena política com grande evidência. Sua nomeação para o comando do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra não apenas reiterava a predominância das diretrizes ideológicas vigentes do *partido inglês* como também impunha aos demais homens de Estado – como, por exemplo, seu arqui-inimigo Antonio de Araújo e Azevedo – a preponderância de seus projetos políticos.

Pelo prisma ideológico de Souza Coutinho¹⁰⁸, a segurança dos domínios imperiais, o bem público de todo o corpo social e a formação intelectual dos súditos compunha o tripé fundamental que justificava a criação de uma Academia Militar na nova corte; mormente em tempos de guerra declarada contra a França napoleônica, como esclarecia um documento anônimo, de 1815.

Em uma época em que o Mundo vacilava sobre seus eixos, e um terremoto político ameaçava uma catástrofe, cujas circunstâncias ninguém causaria prever, nem calcular, era próprio de uma alma verdadeiramente patriótica promover os estudos em um país onde eles eram quase desconhecidos, e muito particularmente a benefícios daqueles, que se dedicam a defesa do Estado, a qual está demonstrado que não bastam as virtudes civis, senão acompanhadas de sólidos conhecimentos.¹⁰⁹

Como nos aponta o autor anônimo, se era imperativa a formação de homens hábeis na *arte da guerra*¹¹⁰, para proteção

¹⁰⁸ As diferentes posições ideológicas e diplomáticas entre D. Rodrigo de Souza Coutinho e Antonio de Araújo Azevedo é discutida no Capítulo 1 desta tese, no item II, intitulado: “*O Investigador Português em Inglaterra e a disputa com o Correio Braziliense.*”

¹⁰⁹ Memória Histórica e Política sobre a criação e estado actual da Academia Real Militar. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. L. 17 – N.º 366. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 236. Rio de Janeiro, 1957. p. 459.

¹¹⁰ Carta de lei de 04 de dezembro de 1810. Título VIII. *Dos exercícios práticos.*

e defesa da nova sede do Império, também era indispensável que a *nova corte* formasse engenheiros, geógrafos e topógrafos que viabilizassem – com sucesso – seu projeto político reformista: a formação do Império luso-brasileiro, um empreendimento audacioso que ganhava tonalidades reais a partir de 1808. “O *novo império* anunciado se colocava como elemento unificador das partes distintas do mundo português e o sentimento de pertencimento à nação lusa, explicitamente evocado, aparecia como a função objetiva de fortalecer essa unidade e, sobretudo, de assegurar a criação de um sentimento de identidade entre os habitantes do ‘genérico’ Brasil”, conceitua a historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra, ao apontar as diretrizes da concepção política de Souza Coutinho.¹¹¹ Ainda segundo Lyra, foi com o início da regência do Príncipe Regente D. João, em 1792, que se deu o avanço da Ilustração Portuguesa e a implementação sistemática das bases administrativas com vistas à constituição desse *novo império*.¹¹²

Por essa vertente, portanto, não nos causa surpresa que as bases dos estatutos da Real Academia Militar representassem com clareza o direcionamento dessas mudanças, que dialogavam de perto com a tendência da época de profissionalização e burocratização da carreira militar. Isto é, dentro dos saberes, a “Arte da Guerra” aparecia como uma importante ciência a ser aprimorada. Como bem contextualizou a historiadora Elaine Duarte, foi a partir de 1800 que as academias militares na Europa e na América perderam o seu caráter rudimentar e tornaram-se “espaços específicos para a formação da oficialidade, contando para isso com o avanço e desenvolvimento da guerra”.¹¹³ Neste contexto,

¹¹¹ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia... Op. Cit.*, p. 69 (Grifo do Original).

¹¹² *Ibid.*, p. 64.

¹¹³ DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. *Da Real Academia à escola militar: a profissionalização das armas e a consolidação do ensino militar no Brasil (1810-1855)*. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2004. p. 18.

compreendemos melhor a reflexão do autor anônimo, para quem d. Rodrigo tinha sido “um ministro, que sem dúvida possuía as ciências opactas [sic], traçou este grande plano, e arrostando grandes dificuldades, conseguiu desempenhá-lo.”¹¹⁴ Já de início, o decreto de 1810 colocava em foco a estrutura hierárquica de poder do novo lugar de ensino, que seria dirigido por uma Junta Militar, composta por cinco oficiais de alta patente do exército. Eis a definição do estatuto:

A Junta Militar será composta do presidente, que será um tenente general e sempre tirado do Corpo de Artilharia ou do Corpo de Engenheiros e de quatro ou mais Oficiais (se Eu assim For Servido) com a patente de coronel ou daí para cima, sendo um deles oficial engenheiro que for diretor do Meu Real Arquivo Militar e os outros três, os que, como mais hábeis nos estudos científicos e militares, eu for servido escolher e nomear para o mesmo serviço e for meu real agrado, servindo o mais moderno de secretário particular da mesma junta. A junta se reunirá uma vez cada mês ordinariamente, além da época do princípio e fim dos estudos em cada ano e extraordinariamente, quando for convocada pelo presidente ou por ordem especial do inspetor geral.¹¹⁵

¹¹⁴ Memória Histórica e Política sobre a criação e estado actual da Academia Real Militar. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro..., *Op. Cit.*, p. 459.

¹¹⁵ Carta de lei de 04 de dezembro de 1810. A Junta Militar era composta pelo Tenente General Carlos Antonio Nacion, no cargo de presidente, o Brigadeiro João Manuel da Silva (no cargo de Primeiro deputado e diretor do Real Arquivo Militar), Coronel Manoel Jacinto Nogueira da Gama (no cargo de Segundo deputado). Ao longo do período, fizeram parte da Junta os seguintes súditos: Francisco da Borja Garção Stockler, que sucedeu a Carlos A. Nacion, por conta de seu falecimento, em 1815, o Marechal Joaquim de Oliveira Álvares (nomeado em 1820) e, por fim, o Comandante do Corpo de Engenheiros e diretor do Arquivo Militar, o Brigadeiro Joaquim Norberto Xavier de Brito, a partir de abril de 1821.

A Academia também contaria com onze Lentes e cinco substitutos, responsáveis por ministrar as diversas disciplinas que contemplavam a grade curricular do Curso Militar, dividido em sete anos. Ser professor da Real Academia era um posto de alta consideração dentro da sociedade de corte. Como súditos que compunham a seleta órbita da elite ilustrada, eram detentores de “distintas luzes” sendo, por isso, dignos de serem escolhidos pela Junta Militar. Se o mérito da formação acadêmica aparecia como um dos atributos principais nesse processo de seleção, a fidelidade à monarquia tinha igual peso. Isto é, valorizavam-se muito as ações e projetos militares que estes homens desempenhavam dentro do Império Português, o que os colocava em uma posição hierárquica privilegiada: na corte joanina eram vistos como súditos fiéis que foram reconhecidos pelo monarca como tal. “Haverá toda consideração ao adiantamento dos oficiais, que forem lentes e que nos exercícios geodésicos e de reconhecimentos anuais e outros trabalhos militares tiverem feito ver que continuaram a praticar e distinguir-se no meu real serviço”, ressaltava o estatuto, em uma clara valorização dos feitos militares da vida cotidiana como atitude de distinção.¹¹⁶

Tal era o fato, que os lentes contavam as “mesmas honras e graças das Academias Militares da Marinha e Exército de Terra, na Cidade de Lisboa”, recebiam 400\$000 réis anuais além do soldo da patente¹¹⁷ e ainda gozavam de uma prerrogativa muito especial: tinham os mesmos “privilégios, indultos e franquezas” dos mestres da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra.¹¹⁸

¹¹⁶ *Ibid.*

¹¹⁷ *Ibid.* Já o ordenado dos substitutos foi estipulado em 200\$000 réis anuais.

¹¹⁸ Título X do Estatuto denominado *Dos Privilégios e Prerrogativas da Academia Real Militar.*

Além disso, depois de vinte anos de magistério tinham a permissão para pedirem a jubilação do cargo.¹¹⁹

Quanto às disciplinas que ministravam, estas eram assim distribuídas: Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria Retilínea e as primeiras noções da Esférica compunham a grade curricular do primeiro ano, que já primava por um ensino voltado às aplicações e experimentos. Especificamente sobre as fórmulas trigonométricas, estas deveriam ser ensinadas “procurando desenvolver aquele espírito de invenção, que nas ciências matemáticas conduz às maiores descobertas”.¹²⁰ No segundo ano, ensinava-se Álgebra, Geometria, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho. Nesta fase da instrução, o estatuto destacava a preocupação com a apreensão das ciências estudadas, “até onde têm chegado nos nossos dias nas brilhantes aplicações à Física, à Astronomia e ao Cálculo das Probabilidades.”¹²¹

O terceiro ano priorizava o ensino da Mecânica, da Balística e do Desenho. Ao referir-se à obra do matemático e astrônomo inglês Olinto Gilberto Gregory (1774-1841) sobre a mecânica, o estatuto destacava que dela deveria se extrair “tudo o que toca às máquinas e suas aplicações, de que deverá fazer a explicação sobre as estampas e os modelos, que sucessivamente se irão fazendo construir para uso da mesma Escola”.¹²² O quarto ano era voltado para a investigação da Trigonometria Esférica, da Física, da

¹¹⁹ O pesquisador José Carlos de Oliveira analisa minuciosamente a trajetória e o perfil dos professores d'Academia Militar. Para maiores informações sobre esses personagens, ver OLIVEIRA, José Carlos de, *D. João VI, Adorador do Deus das Ciências? A constituição da cultura científica no Brasil (1808-1821)*. Rio de Janeiro: e-papers, 2005. p. 198-224.

¹²⁰ Carta de lei de 04 de dezembro de 1810.

¹²¹ *Ibid.*

¹²² *Ibid.*

Astronomia, da Geodésia, da Geografia Geral e do Desenho. Sobre a mecânica celeste de Pierre-Simon Laplace (1749-1827), o lente deveria priorizar “os grandes resultados que ele tão elegantemente expôs e daí explicando todos os métodos às determinações das latitudes e longitudes no mar e na terra” afim de mostrar aos discípulos “as aplicações convenientes às medidas Geodésicas, que novamente, dará em toda a extensão”.¹²³ Se os quatro primeiros anos do Curso constituíam uma ampla base acadêmica de grau superior, os três últimos anos eram voltados exclusivamente para o estudo militar e de engenharia¹²⁴, que deveriam ser realizados em sua totalidade *apenas* por aqueles que desejassem obter o diploma de Artilheiros e Engenheiros.

Do quinto ao sétimo ano os alunos contavam com a presença de dois lentes. No quinto ano, um professor ficava responsável pelas disciplinas de Tática, Estratégia, Castrametação¹²⁵, Fortificação de campanha e reconhecimento do Terreno e o outro pela docência da Química, estudada através de autores célebres como *Antoine Lavoisier* (1743 – 1794), considerado o pai da Química moderna. No sexto ano, enquanto o primeiro docente ministrava Fortificação regular e irregular, ataque e defesa das praças, Arquitetura Civil, Estradas, Portos e Canais, o segundo lecionava Mineralogia e Desenho. Por fim, o sétimo ano contava com três disciplinas de grande importância para os engenheiros e militares: a Artilharia (Teórica e Prática) e Minas (que incluía o ensino da Geometria Subterrânea), ensinadas pelo primeiro lente;

¹²³ *Ibid.*

¹²⁴ MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976. p. 20.

¹²⁵ “Arte de assentar acampamentos e fortificar”. BUENO, Beatriz. *Desenho e Designio... Op. Cit.*, p. 227.

e História Natural, de responsabilidade do segundo docente.¹²⁶ O estatuto ainda previa a constituição de uma *Biblioteca Científica e Militar*, que teria como bibliotecário o professor responsável pelo magistério da “História Militar de todos os povos”. Esta disciplina seria ministrada em um eventual oitavo ano e teria como foco os

[...] progressos que na mesma fez cada nação e dando idéia dos maiores generais nacionais ou estrangeiros, [o professor] explicará também os planos das mais célebres batalhas, que acabará de formar os alunos e os porá, no caso de poderem, com grande distinção, serem verdadeiramente úteis ao meu real serviço, em qualquer aplicação que eu seja servido dar-lhes. Os lentes serão obrigados a assistir aos exercícios práticos, segundo forem destinados todos os anos pela junta.¹²⁷

Porém, como já demonstrou a pesquisadora Elaine Duarte, apenas no final da década de 1840 foi “possível verificar um esforço significativo no sentido de dotar a Academia de uma biblioteca científica e militar, tal qual se fazia necessário”.¹²⁸ A redação do estatuto foi feita pelo próprio Conde de Linhares, que desde o final do século XVIII alertava para a necessidade da formação de um contingente militar nas partes que constitui o todo para, assim, melhor defender o Império. De acordo com Maria de Lourdes Viana Lyra, já no seu Programa de Reformas, de 1798, é nítido “o

¹²⁶ De acordo com o pesquisador Jehovah Motta, “Tal como as coias eram tidas em 1810, o infante e o cavaleiro podiam ser formados em dois anos de estudo; um de Matemática Elementar e o outro de Tática, Estratégia, Castrametação e Fortificação Passageira. Diante deles, artilheiros e engenheiros, com seus longos estudos de sete anos, se colocavam como o patriciado intelectual do Exército, eram os ‘cientistas’ e os ‘doutores’”. MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército... Op. Cit.*, p. 20.

¹²⁷ Carta de lei de 04 de dezembro de 1810.

¹²⁸ DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. *Da Real Academia à escola militar... Op. Cit.*, p. 34-35.

esforço empreendido pela metrópole na superação dos seus próprios limites: integrar o colonial como forma militar significava, por um lado, engajá-lo na luta da defesa da Monarquia portuguesa, a qual ele tinha a ‘*fortuna de pertencer*’.¹²⁹ Nesse sentido, ainda segundo Lyra, a consciência prévia de *pertencimento* a nação portuguesa era fundamental para que não houvesse “desvios” e conflitos nos objetivos de luta que, mais uma vez, justificava a instauração da Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho, em 1792. Já no início do século XIX, a implemetacao da Real Academia Militar tinha um sentido distinto. “Tratava-se de transformar a sede do vice-reinado na sede da monarquia portuguesa e a *política cultural* de D. João e seus ministros tem de ser realçada”, afiança a especialista Maria Beatriz Nizza da Silva.¹³⁰

Como já discutido no capítulo 1, de fato uma das linhas mestras da política cultural joanina foi a circulação de informações oficiais pela imprensa interatlântica e, conseqüentemente, a divulgação dos projetos políticos do governo monárquico na América através da arena pública. Esta prática justifica a posição de d. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1811, quando pediu aos redatores d’*O Investigador Portuguez em Inglaterra* para publicarem um artigo sobre a Real Academia Militar, considerada por ele, uma instituição próspera que correspondia perfeitamente ao olhar iluminado do Príncipe Regente.¹³¹

¹²⁹ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia... Op. Cit.*, p. 78 (Grifos do Original).

¹³⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A impressão Régia do Rio de Janeiro e a Cultura Científica” In: *Revista Portuguesa de História do livro*. Ano XII Vol.23. Lisboa: Edições Távola Redonda, 2009. p. 231 (Grifo Nosso).

¹³¹ SILVA, Andrée Mansuy-Diniz da. *Portrait d'un homme d'État... Op. Cit.*, p. 263. Nas palavras da autora, “Un an plus tard d. Rodrigo considérait que si cette institution prospérait déjà et correspondait parfaitement aux vues éclairées et au soins paternels du Prince, il fallait la faire mieux connaître du public: raison pour laquelle il écrivit aux deux responsables du journal portugais dont la publication venait de commencer à Londres, *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, pour leur demander d'écrire un article à ce sujet.”

No ano seguinte, em abril de 1812, coincidentemente três meses depois da morte de Souza Coutinho¹³², os redatores *d'O Investigador Portuguez* publicavam uma longa reflexão sobre a importância de um Estado soberano possuir uma Academia Militar. “[...] a história do género humano é a história de suas guerras, e a superfície habitável e inabitável do globo tem sido e continua a ser o teatro da sua luta”, conclamavam. Ao constatarem que tal realidade era “uma triste e terrível verdade”, defendiam que a independência do Estado era intrínseca ao aperfeiçoamento do sistema militar: “Armar-se pois, e aprender a brigar deve ser a eminente característica de toda a nação que quer ser livre e independente; ou por outras palavras a Instituição de uma escola militar deve ser um dos primeiros objetos d’atenção de um sábio legislador”¹³³; no caso d. Rodrigo de Souza Coutinho, homem “com requisitos mais que essenciais para a fundação de tal estabelecimento” já que este possuía “conhecimentos não superficiais das ciências, que tão magistralmente distribui no seu plano”.¹³⁴

O artigo desencadeou uma aguda polêmica com Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*, o que deu ainda maior visibilidade a essa instituição régia.¹³⁵ Ainda em abril de 1812, Hipólito

¹³² De acordo com a Gazeta do Rio de Janeiro, D. Rodrigo morreu no dia 26/01/1812, aos 56 anos de idade. Eis como o redator informava o seu falecimento: “Comunicar tão infausta notícia aos nossos leitores é dizer-lhes que faltou um dos mais firmes esteios da Monarquia *Portuguesa*, um dos mais ativos, zelosos e amantes servidores do Príncipe Regente N.S., o varão mais interessado pelo aumento e prosperidade da Nação, Ornado de consumada literatura, e das mais amáveis virtudes sociais” GRJ. 1812. n. 09.

¹³³ IP. Vol. III, p. 272-273.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 275.

¹³⁵ A polêmica entre os periódicos é detalhadamente analisada pelo pesquisador José Carlos de Oliveira no artigo OLIVEIRA, José Carlos. “Os periódicos portugueses de Inglaterra e a Cultura Científica Brasileira (1808-1821)”. *Revista da SBHC*, n. 19, 1998, p. 37-48.

afirmava que Souza Coutinho “não possuía os conhecimentos necessários, para formalizar o Plano de estudos para todas as ciências”, e defendia veementemente que “seria coerente com a dignidade do legislador, que o Conde de Linhares, havendo consultado os homens instruídos nestas matérias, os ajuntasse, lhes mandasse dirigir, e arranjar o plano de estudos, e por uma lei [...] confirmasse e mandasse executar o plano formalizado pelos respectivos Professores.” O jornalista ainda ressaltava o desserviço¹³⁶ de Linhares ao propor um estabelecimento que fugia totalmente da sua competência política: o pedantismo da proposta era marcado, nomeadamente, pelo fato de o ministro nunca ter seguido a vida militar, além de ter circunscrito a administração da Junta Militar da Academia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ou seja, sob a sua total direção.¹³⁷ Sobre o Plano pedagógico desse *locus de saber*, o redator era enfático:

O título segundo¹³⁸ é o cumulo de pedantismo; em que um ministro, que nunca foi militar, e nunca brigou sequer com uma mosca; se intromete a escrever direções sobre os estudos da arte militar; e se apura a fazer uso de todos os termos técnicos, de que um professor da arte pode com toda a propriedade usar, mas que na boca de um Ministro de Estado, que não segue nem nunca seguiu a vida militar, não servem senão de demonstrar a ideias [sic] do pedante, a confusão do homem público e a arbitrariedade do ministro.¹³⁹

Como bem asseverou o pesquisador José Carlos de Oliveira, Hipólito defendia a “não interferência do Estado na organização

¹³⁶ CB. Vol. VIII, p. 487.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 488-489.

¹³⁸ Intitulado: *Número de professores, Ciências que devem ensinar e dos seus Substitutos*. Para maiores detalhes, ver Carta de lei de 04 de dezembro de 1810.

¹³⁹ CB. Vol. VIII, p. 488-489.

direta da instrução pública”, considerando que a grade curricular e a conexão entre as disciplinas deveriam ser “assunto de especialista”.¹⁴⁰ Este julgamento indica o olhar inteiramente laico do jornalista, cuja influência iluminista era patente: os responsáveis por pensar a produção do conhecimento deveriam fazê-lo, antes, por mérito. As relações políticas, nesse sentido, necessariamente, ficariam em segundo plano. Por esse prisma, compreendemos a crítica feroz de Hipólito às diretrizes governamentais joaninas, de natureza absolutamente autoritária. Não podemos nos esquecer que a polêmica entre *O Investigador* e o *Correio* teve como foco o debate acerca das bases da Carta Régia de 1810 e ocorreu entre os meses de abril e junho de 1812, ano chave das negociações financeiras entre a Coroa e Hipólito da Costa¹⁴¹; sendo também o momento em que findava a influência política de Linhares na governança do Império Português.

Por um prisma mais amplo, destarte, também podemos dizer que a discussão entre os periódicos girava em torno de uma questão central para a monarquia portuguesa: o sentido político de uma Corte possuir uma Academia Militar. Segundo a historiadora Andréa Mansuy-Diniz da Silva, a Real Academia Militar foi uma das grandes realizações de ordem científica e cultural durante a regência de D. João VI no Brasil. Tal consideração, segundo a autora, justifica-se, sobretudo, diante da concepção da instituição: ter como meta o preparo dos futuros líderes militares e políticos do Império luso-brasileiro. Nas palavras de Silva, “Na

¹⁴⁰ OLIVEIRA, José Carlos. “Os periódicos portugueses...”, *Op. Cit.*, p. 39.

¹⁴¹ As negociações políticas entre Hipólito e o governo joanino é o tema do Item 1.2, Capítulo 1 deste trabalho, intitulado: “Hipólito José da Costa na política cultural joanina”.

verdade, a Academia Militar, de natureza acadêmica, formou o núcleo inicial de uma verdadeira escola de Engenharia”.¹⁴²

Ter como foco de debate público a vigência de uma Academia Militar na nova sede do Império Português também garantia a D. João e seus ministros um espaço importante dentro da lógica diplomática europeia. Aos súditos reais, indicava o forte empenho da Coroa em manter seguro seus domínios territoriais ultramarinos; quanto aos países beligerantes do Velho Mundo (França e Inglaterra) divulgava a preocupação com o ensino militar e a formação de um exército nacional. Especificamente em relação à França, com quem travava uma guerra pelas duas margens do Atlântico, expunha a atenção e o esforço empreendidos para a obtenção da vitória contra Napoleão Bonaparte, mesmo que esta ocorresse mais através do plano simbólico.¹⁴³

Ou seja, a regeneração nacional também perpassava pelo esquecimento da humilhação política que o Império Português vivenciara ao optar por transladar a sede da Coroa para a América, às vésperas da invasão francesa. Possuir um *locus de saber* exclusivamente voltado para o universo militar e a arte da guerra significava, em última instância, preparar-se pelas armas contra qualquer tipo de ameaça externa. Para o pesquisador Antonio Paim, Souza Coutinho teve uma “posição de iniciador de uma linha de desenvolvimento cultural de grande relevância na história do Brasil”, cujas sementes “iriam vicejar enormemente” na

¹⁴² “La création de cet établissement prestigieux, entièrement conçu dans ses moindres détails par D. Rodrigo, fut sans aucun doute l’une des grandes réalisations d’ordre scientifique et culturel destinée à préparer les futurs cadres de l’empire portugais (et plus tard de l’empire brésilien). En fait, cette Académie Militaire, de caractère universitaire, constituait le noyau initial d’une véritable École d’Ingénieurs, et de ce qu’on appelle une École Polytechnique.” SILVA, André Mansuy-Diniz da. *Portrait... Op. Cit.*, p. 263. (Tradução Livre).

¹⁴³ STOIANI, Raquel. *Napoleão visto... Op. Cit.*, p. 114.

formação da Academia Militar Brasileira e, conseqüentemente, no Exército Brasileiro.¹⁴⁴

De fato, em 1808 o Rio de Janeiro não possuía uma força militar organizada que constituísse um exército nacional. Como apregoa Oliveira Lima, por essa época a cidade contava com apenas dois regimentos de milícias compostos por lojistas e caixeiros constituindo

[...] um total de 1500 homens que não se exercitavam com regularidade, nem se uniformizavam decentemente, e tão pouco apego mostravam à sua nobre profissão que, quando não estavam na formatura, eram os escravos que lhes carregavam os mosquetes, os tambores e a própria bandeira do regimento: aqueles pseudo-militares iam armados de guarda-chuvas.¹⁴⁵

Apesar das constantes tentativas da formação desse contingente social ao longo do período joanino (1792-1821), com maior predominância para a regência de D. João durante a sua governança no Brasil, a constituição dessa realidade se mostrou uma tarefa árdua. A despeito do currículo de ponta da Academia Militar (cujo conteúdo primava pelo diálogo com os avanços científicos vigentes na Europa culta¹⁴⁶) sugerido por Souza Coutinho para a formação dos novos oficiais, tendo o estatuto vigorado

¹⁴⁴ PAIM, Antonio. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812): notícia biobibliográfica” In: PAIM, Antonio (Org.). *Pombal e a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Brasil-Portugal; Tempo Brasileiro, 1982. p. 92.

¹⁴⁵ LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil... Op. Cit.*, p. 288.

¹⁴⁶ Para o pesquisador José de Oliveira, “O que é mais importante, e de fato, novo é que os estudos militares deveriam ser feitos com orientação científica. Forçava-se, desta forma, o futuro oficial do exército, a possuir não apenas saberes práticos, mas impingia-lhes conhecimentos de ciências naturais, como base para o ensino de engenharia e das matérias militares” OLIVEIRA, José Carlos de, *D. João VI, Adorador do Deus... Op. Cit.*, p. 160.

até 1832¹⁴⁷, os desafios no interior do espaço foram constantes, mostrando-se bem diferentes do ideal proposto pelo ministro no estatuto de 1810.

O início das aulas da Real Academia deu-se em 23 de abril de 1811, nas dependências da Casa do Trem da Artilharia (atual Museu Histórico Nacional). No ano seguinte, passou para o edifício no Largo de São Francisco (atual IFCS), que lhe era destinado. De acordo com o pesquisador Francisco de Paula Azevedo Pondé, em 1811 a instituição contou com a matrícula de 73 discípulos, sendo 68 provenientes da carreira militar; um índice relativamente alto de inscritos quando comparado com o número de matriculados entre os anos de 1812 e 1821.¹⁴⁸ Esses dados nos mostram duas ordens de fatores: o pequeno interesse dos súditos reais em frequentar as aulas da Real Academia Militar e a visível dificuldade da Coroa em reverter esse processo. Porém, é mister destacarmos que a maioria dos alunos inscritos era de filhos de militares, o que sinaliza para a valorização da atividade no universo privado de suas famílias.¹⁴⁹

Até meados de 1815, por exemplo, a Corte possuía três regimentos de infantaria, um de cavalaria e um de artilharia, em um total de quase dois mil homens.¹⁵⁰ Apesar disso, em 1812 o Príncipe Regente ordenava a construção do quartel de Artilharia, assim como a conclusão das obras no Hospital Militar. No ano seguinte, dava-se também a edificação do quartel do 3º Regimento de Infantaria.¹⁵¹ Os hospitais militares do Império contavam

¹⁴⁷ MORMÊLLO, Ben Hur. *O ensino de matemática na Academia Real Militar no Rio de Janeiro de 1811 a 1874*. Dissertação de Mestrado. IMECC. Unicamp. 2010. p. 94.

¹⁴⁸ PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. "Academia Real Militar"... *Op. Cit.*, p. 63.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 53-63.

¹⁵⁰ LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil...* *Op. Cit.*, p. 287.

¹⁵¹ PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. *O Ensino Militar no Brasil...* *Op. Cit.*, p. 64.

com um Regulamento especial, de 1805, que deveria ser seguido tanto em tempos de paz como em tempo de guerra.¹⁵² Para o bom funcionamento do hospital, o regulamento determinava que o Físico-mor, o Cirurgião-mor e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra seriam suas principais autoridades.¹⁵³

Apesar dessa difícil realidade, o governo joanino priorizou uma política que impulsionasse os estudos científicos e a carreira militar dentro e fora desse importante *espaço de cultura* científica. O destaque foi a valorização das ciências matemáticas que, segundo Elaine Duarte, congregaram a raiz do “matemacismo” dentro da Academia.¹⁵⁴ O estatuto de 1810 já definia a política de premiar os “discípulos que se distinguem pela sua aplicação e

¹⁵² *Regulamento para os Hospitais Militares de Sua Alteza Real O Príncipe Regente Nosso Senhor, em tempo de Paz, como tempo em tempo de guerra*. Lisboa: Impressão Régia, 1805.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 21. Os artigos V., VI., e VII. do Título Segundo intitulado “Do Físico e Cirurgião mor dos Exércitos” assim determinavam as suas funções. “**V.** O físico Mór publicará, quanto antes, um Tratado, ou Instruções Gerais de Higiene [sic] Militar, que sendo apresentado ao Ministro da Guerra, e merecendo a sua Aprovação, será impresso, e distribuído a todos os Oficiais Gerais, Coronéis, e Cirurgiões Mores dos Regimentos, para que o cumpram, e façam executar. **VI.** O Físico e Cirurgião Mór dos Exércitos serão obrigados a ir visitar todos os Hospitais Militares, examinar com a maior atenção, e cuidado a sua situação, a distribuição e arranjo das Enfermarias, farão todas as investigações precisas para adquirir o maior, e mais exato conhecimento possível da Topografia Médica do País. Estabelecerão em casa Hospital a ordem, disciplina, e polícia determinadas pelo Regulamento. **VII.** Tanto o Físico, como o Cirurgião Mór dos Exércitos terão uma correspondência seguida com todos os Primeiros Médicos, e Primeiros Cirurgiões Subalternos, para que constantemente se saiba o estado de cada Hospital, e mensalmente o façam presente ao Ministro da Guerra, para prover a tudo o que faltar, e extirpar no seu princípio qualquer abuso, que se tenha introduzido, ou seja relativo ao tratamento dos Enfermos, ou diga relação aos Oficiais da saúde.” Como podemos notar, há uma extrema preocupação com a saúde e cuidados físicos com os militares do Império Português.

¹⁵⁴ DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. *Da Real Academia à escola militar...* *Op. Cit.*, p. 19.

estudo”¹⁵⁵ a fim de incentivá-los a dar continuidade aos estudos. Tal impulso era indissociável do principal objetivo real que primava pela manutenção da segurança pública e da grandeza do Estado.¹⁵⁶ Segundo Beatriz Bueno, um viés prático das atividades dos alunos era, justamente, o estágio no Arquivo Militar durante o período de férias, cujo intuito era o aperfeiçoamento na prática do desenho.¹⁵⁷

Para animar o progresso das Ciências Matemáticas, de observação e militares, o título XI dos estatutos *Dos Partidos e Prêmios* deliberava o estabelecimento de três prêmios de duzentos e cinquenta mil réis cada, que eram referentes à produção intelectual dos discípulos do estabelecimento, circunscrita a “melhor e mais profunda memória com alguma descoberta ou útil aplicação em cada uma das ciências já apontadas”.¹⁵⁸ Ou seja, os próprios alunos eram vistos pelo governo joanino como produtores de conhecimento científico em potencial, até porque o estatuto justificava que estas memórias poderiam ser propostas em matéria se fosse conveniente à Academia. Como bem analisou a historiadora Elaine Duarte, a partir da segunda metade do século XVIII, as Academias Militares se inseriram nos moldes da ciência iluminista, ou seja, como espaço de produção científica de viés pragmático em que a experimentação e a prática eram os principais caminhos para o desenvolvimento do saber, resultante da fusão entre a física e a matemática por uma perspectiva prática. Esta nova concepção privilegiava a formação de um novo tipo de oficial.¹⁵⁹ Ademais, ainda segundo a mesma autora, era para a

¹⁵⁵ Carta de lei de 04 de dezembro de 1810.

¹⁵⁶ *Ibid.*

¹⁵⁷ BUENO, Beatriz. *Desenho e Designio... Op. Cit.*, p. 237.

¹⁵⁸ Carta de lei de 04 de dezembro de 1810.

¹⁵⁹ DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. “Academia Militar do Rio de Janeiro:...”, *Op. Cit.*, p. 242.

“mocidade militar” que o estatuto era dirigido. A esse seletto grupo, “caberia não apenas uma formação científica, mas também uma formação moral” que dependia, na visão oficial, da “conservação dos saberes, da postura e dos sentimentos que se esperava encontrar na oficialidade do exército”.¹⁶⁰

Portanto, neste espaço, a Coroa visava formar os homens de ciência do *novo Império*, cuja missão era contribuir para a formação de uma esfera pública de divulgação e debate de novos saberes que atravessariam o Atlântico delineando, simbolicamente, a força e independência da nação luso-brasileira. Como bem denominou Marco Morel ao estudar o perfil dos colaboradores *d’O Patriota*, neste momento destacava-se no Brasil a figura do militar-cientista. Vinculados às atividades do Estado, segundo Morel, estes homens “enquadravam-se nas formas vigentes dos espaços públicos, sem abrir mão, porém, de tentar reformá-los, pela propagação das luzes do saber e da ciência, por meio do ensino, da palavra impressa, e da atuação administrativa.”¹⁶¹ Apesar da intensa repressão da Coroa às Academias ilustradas no período colonial, o raiar do século dezenove já delineava uma mudança de posição política governamental em relação a tais espaços. Mesmo fortemente alicerçada aos interesses do Estado português, a Real Academia Militar já aparecia como um centro de dinamização do saber científico em várias frentes do conhecimento: da teoria metafísica da ciência ao pragmatismo de novas construções civis e militares por todo o território brasileiro, o novo *locus* era agora exaltado pelos detentores do poder. Ademais, seguia a tendência internacional da época, com destaque para a Europa e Estados Unidos, em que se priorizava a profissionalização e burocratização

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 31-32.

¹⁶¹ MOREL, Marco. “Pátrias Polissêmicas:...”, *Op. Cit.*, p. 30.

da carreira militar, mormente depois das guerras napoleônicas. Segundo Elaine Duarte, depois de 1815 “a maioria dos países ocidentais criou academias militares, abolindo ou relaxando as restrições quanto ao ingresso no corpo de oficiais”.¹⁶² Tradicionalmente, os postos militares na Europa foram circunscritos à nobreza.

Para além da recompensa em dinheiro, os discípulos premiados ainda teriam seus trabalhos acadêmicos publicados pela Tipografia Real. Segundo os pesquisadores Rubem Borba de Moraes e Ana Maria Camargo, “o papel da Impressão Régia foi preponderante na divulgação dessas ciências e no auxílio que prestou ao ensino superior.” Ao referirem-se especificamente à Academia Real Militar, os autores destacam a amplitude da política cultural governamental:

[...] não bastava criar a Academia e nomear os lentes; era preciso ter livros para os alunos. Surgia no Brasil o problema do livro didático. Para resolvê-lo, a Impressão Régia publicou uma série de manuais franceses “para uso dos alunos”. O empenho do governo em resolver o problema é tão patente, que em 1809, antes mesmo de fundar a Academia Militar, já se providenciara a abertura das chapas para as gravuras do ELEMENTO DE GEOMETRIA, e se publicara o TRATADO DE TRIGONOMETRIA, ambas as obras de Legendre.¹⁶³

As obras acima citadas foram traduzidas por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, à época Capitão do Real Corpo dos Engenheiros e Lente de matemática da Real Academia dos Guardas-Marinhas. Esta informação saía a publico em um aviso da

¹⁶² DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. “Academia Militar do Rio de Janeiro:...”, *Op. Cit.*, p. 242.

¹⁶³ CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão... Op. Cit.* Vol.1, p. XXIII-XXIV.

Gazeta do Rio de Janeiro de 1809, em que especificava as razões das impressões: eram destinadas “para o uso da Academia Militar”, e representavam o “Paternal cuidado de S.A.R. na educação de seus Vassallos.”¹⁶⁴ Assim sendo, ao iniciarem o curso, os alunos já contavam com obras traduzidas pelos professores da Academia; atitude que explicita ainda mais a política cultural voltada para o aprimoramento do ensino e da produção científica que, neste caso, estava direcionada exclusivamente para a estruturação e funcionamento da Academia Militar, um *espaço de saber* tido como de grande consideração pela Coroa. Como bem nos lembra a pesquisadora Alessandra R. de Oliveira Harden, “na virada do século XVIII para o XIX, a tradução de textos científicos e técnicos era uma questão de estado para o governo português”¹⁶⁵ sendo indissociável de uma concepção utilitarista da ciência, uma das marcas da Ilustração portuguesa. Ao considerar Manoel Jacinto Nogueira da Gama como tradutor “de relevância única para a historiografia da tradução luso-brasileira” por este ter abordado em seus paratextos os benefícios da atividade para o progresso científico¹⁶⁶, a autora situa a sua ampla função para o Império Português, destacando que aos tradutores cabia a imensa tarefa de disponibilização do amplo conhecimento científico nas diversas áreas do saber, mormente o estudo das coisas do mundo natural, tão em alta no período.¹⁶⁷

Neste quesito, o matemático baiano Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1738) foi o docente mais ativo. Aliás, Araújo Guimarães teve uma vida de grande atividade intelectual

¹⁶⁴ GRJ.1809, n. 115.

¹⁶⁵ HARDEN, Alessandra R. de Oliveira. “Manoel Jacinto Nogueira da Gama: Ciência e tradução no final do século XVIII”. *Tradução em Revista*. n. 9, 2010, p. 1.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 2.

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 12.

e política no Império Português tendo se destacado desde a época de sua formação acadêmica em Lisboa – onde foi aluno e lente da Academia Real da Marinha do Reino –, período em que já adentrara na seara da tradução.¹⁶⁸ De acordo com Harden, no período a tradução “era uma atividade temporária, a porta de entrada para uma carreira na administração do império colonial português”, que delineava as bases para uma futura vida pública, já que se tratava de uma atividade de grande reconhecimento por parte da Coroa.¹⁶⁹

No caso de Guimarães, foi exatamente o que aconteceu. Já no Brasil, tornou-se um renomado homem de letras e de ciências, atuando como lente das Academias da Marinha (1808-1811) e Militar (1812-1821), além de ter sido o principal redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1812-1821) e fundador de *O Patriota* (1813-1814).¹⁷⁰ A contar por todas as atividades e ramos em que Guimarães atuou durante a governança joanina, o lente mostrou-se um súdito profundamente fiel, sendo uma das personalidades que mais contribuiu para o florescimento do espaço público no Brasil. Durante os anos em que assumiu a cadeira do 4.º ano da Academia Militar, foi elevado ao posto de Brigadeiro; chegando a Coronel, em 1821.¹⁷¹ Também dividiu com José Saturnino da

¹⁶⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro: cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 13. De acordo com o pesquisador José Carlos de Oliveira, nesse período Guimarães foi responsável pelas seguintes traduções: *Curso Elementar e Completo de Matemáticas puras* de Lacaille; *Explicação da Formação e uso das Tábuas Logarítmicas* do Abadde André Marie Legendre (1802); *Tratado Elementar de Análise Matemática* de J.A.J Cousin (1802).

¹⁶⁹ HARDEN, Alessandra. “Manoel Jacinto Nogueira da Gama... *Op. Cit.*, p. 16.

¹⁷⁰ Para a atuação de Araújo Guimarães como redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* ver MEIRELLES, Juliana. *Imprensa e poder... Op. Cit.*, Cap. 2. (p. 91-146) e Cap. 3 (p. 202-225).

¹⁷¹ BLAKE, Augusto Vicctorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, Vol.6, p. 75.

Costa Pereira o *status* de ser um dos principais nomes da primeira geração de oficiais e de professores da Academia Militar.¹⁷²

Quanto às obras por ele traduzidas, para além das já anteriormente citadas, destacamos: *Complementos dos Elementos de Álgebra* de Lacroix (1813) e *Tratado Elementar de Trigonometria Retilínea e Esférica e da Aplicação da Álgebra à Trigonometria* de Lacroix (1821). As obras *Variação dos Triângulos Esféricos* (1812), *Elementos de Astronomia* (1814) e *Elementos de Geodésia* (1815) são de sua autoria e foram escritas para o uso dos alunos da Academia. Especificamente sobre a publicação de *Triângulos Esféricos*, Ana Maria Camargo e Rubem Borba de Moraes nos chamam a atenção para o fato de ser “o primeiro trabalho original de ciência escrito por um brasileiro, impresso no Brasil.”¹⁷³ Em uma petição de 1812, Guimarães exaltava a sua atividade perante os seus pares:

Fui o primeiro que imprimiu nesta corte uma obra matemática, com artistas inteiramente ignorantes deste gênero, com imenso trabalho, incômodo de minha saúde e até despesa, devendo-se à minha assiduidade não só uma edição mais correta do que fora de esperar, mas a habilitação dos compositores para a continuação de semelhantes trabalhos.¹⁷⁴

Para Maria Beatriz Nizza da Silva, esta representação pública de Manuel Ferreira teve o intuito de angariar uma promoção na carreira, uma vez que ao ser transferido da Academia dos

¹⁷² DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. *Da Real Academia à escola militar... Op. Cit.*, p. 89.

¹⁷³ CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia... Op. Cit.* Vol.1, p. XXIV. Neste particular, concordamos com a ótica de Marco Morel de que Guimarães foi um dos primeiros intelectuais profissionais nascidos no Brasil, no sentido gramsciano do termo. MOREL, Marco. “Pátrias Polissêmicas...”, *Op. Cit.*, p. 25.

¹⁷⁴ BNRJ, Ms., I-28, 32, 13.

Guardas-Marinhas para a Academia Militar, em 1812, não obtivera nenhum posto superior. Segundo a pesquisadora, o documento ainda revela as qualidades que a Coroa ambicionava de um lente dessa instituição de ensino: a tradução das obras indispensáveis ao curso, a elaboração de compêndios e a atualização permanente na sua área de especialidade.¹⁷⁵ E de fato, Guimarães parecia tentar cumprir as suas funções. Em março de 1813, poucos dias antes do início das aulas, o lente fazia o seguinte pedido à Junta Militar:

Estando próxima a abertura da Academia, e havendo Discípulos habilitados para o 4º ano, acho no meu dever por na Presença de V. Ex.^a o estado em que estão os Compêndios respectivos. A Ótica e a Astronomia se acham em metade, e a Geografia em pouco menos: nas 25 estampas, que são necessárias, nem uma se mandou ainda fazer nem creio que se mandem, porque em razão da grande dívida em que a Casa está com o abridor, este recusa gravar novas estampas. Daqui nasce um embaraço que me parece muito atendível, e que pode servir para governo de V. Ex.^a e Senhorias [sic], de cujas luzes se devem esperar as mais acertadas providências.

Deus Guarde V. Ex.^a e Senhorias [sic] com a prosperidade Acadêmica, e aumento das ciências.¹⁷⁶

O pedido nos coloca diante de uma grave situação interna da Academia: mesmo com o trabalho das traduções – na maioria de obras francesas, consideradas à época a grande referência para os leitores especializados –, a falta de material científico de qualidade para o uso dos discípulos ainda era uma realidade.

¹⁷⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura luso-brasileira...* Op. Cit., p. 66-67.

¹⁷⁶ Ofício de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães à Junta Militar (Carlos Antonio Napion, João Manoel da Silva e Manoel Jacinto da Gama), em 12 de março de 1812. ANRJ. IG3-2, (sem numeração de páginas).

Para além das obras traduzidas, a questão da produção do conhecimento científico – no caso os Compêndios -, tinha grande relevância. Segundo Alessandra Harden, os homens de ciências da época “passaram a considerar justo registrar suas descobertas e experimentos em suas próprias línguas”. Esse processo, apregoa a autora, “deve ser entendido dentro do movimento de fortalecimento dos estados nacionais e que contribuiu para a valorização das línguas vernáculas”, o que dava a chance de esses sujeitos construir seu próprio discurso científico. Esta tomada de posição também representava uma crítica dos ilustrados luso-brasileiros ao monopólio linguístico francês.¹⁷⁷ Se por um lado vemos o vivo interesse de alguns docentes, como Guimarães, por outro, o relato do memorialista anônimo nos aponta o descaso de muitos professores diante da mesma atividade:

Abriu-se a Academia em 1811 e ainda se apostila em 1815! Quatro anos não bastaram para a tradução de um volume em 4º, e sua impressão! Não falarei da tradução que os discípulos vão copiando, é meio francesa, enviro-nantes [sic], atacados, passo de souvenir, e outras imensas expressões Francesas: que erros de linguagem ou de ortografia! Com tanto é feito por m [sic] dos deputados da Junta! Ao menos se o lente corrigisse!¹⁷⁸

Como sabemos, a responsabilidade da impressão das obras publicadas pela Tipografia Real era subordinada aos oficiais da secretária do ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que esteve sob o comando de Souza Coutinho até 1812. Ao considerar o apelo de Araújo Guimarães digno de representação, a

¹⁷⁷ HARDEN. Alessandra. “Manoel Jacinto Nogueira da Gama... *Op. Cit.*, p. 11.

¹⁷⁸ Memória Histórica e Política sobre a criação e estado actual da Academia Real Militar... *Op. Cit.*, p. 463-464.

Junta Militar escreveu para o Conde das Galveias, o substituto interino de Linhares.

Parecendo-nos atendível a representação inclusa do Lente do 4º Ano desta Real Academia Militar, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães levamo-la à Presença de V. Ex.^a pedindo-se digne de ordenar ao Diretor da Impressão Régia haja de por toda a atividade na conclusão das Impressões dos Compêndios da Academia, empregando-se na abertura das Estampas o abridor João Caetano Rivara¹⁷⁹ à quem S.A.R. concedeu uma pensão de 600 \$ réis com obrigação de fazer as obras, que lhe forem pedidas para a Impressão Régia e Arquivo Militar, e procurando-se que as ditas estampas sejam concluídas com a maior brevidade, mandando-se abrir também para por outros Abridores, à quem haja de satisfazer o seu trabalho.¹⁸⁰

A morte do Conde de Linhares não só mudou a maneira de gerir a política de alto escalão no governo joanino, como também parece ter contribuído para a desvalorização da Academia

¹⁷⁹ João Caetano Rivara foi um destacado gravador português com ampla experiência internacional. De acordo com Felix Avelar Brotero, Rivara viveu no Brasil no período joanino: “O Abridor Rivara logo depois da ausência de S. Mag. e Real Família para o Brasil, partia também para o Rio de Janeiro, e aí foi empregado, e depois em Londres, aonde se demorou até que regressando neste Reino ultimamente tornou a ser admitido no exercício efetivo da Casa de Gravura do Real Museu e Jardim Botânico pela Portaria, que em 11 de Outubro de 1822 me foi expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, que se acha no Arquivo dos dois Estabelecimentos”. Brotero, Félix de Avelar. *Ofícios acerca do jardim botânico da ajuda (1823-1825)*. BNP. Seção de Reservados. Mss. 31, 41. Para maiores informações sobre a carreira de Rivara, ver PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. (Org.) *Portugal*. Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numistatico e Artístico. Lisboa: João Romano Torres & Cia – Editores. 1885, Vol. VI., p. 316.

¹⁸⁰ Ofício de encaminhamento da Junta Militar para o Conde das Galveias sobre o pedido de Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, em 21 de março de 1812. ANRJ. IG3-2, (sem numeração de páginas).

Militar pelos seus substitutos. Essa importante perda política, ou “fatal acontecimento”, na análise do autor anônimo¹⁸¹, causou grandes prejuízos para a continuação do “bom desenvolvimento” da instituição. Ao comunicar ao pai o falecimento de Linhares, Luís Joaquim dos Santos Marrocos referenciava a transição ministerial do momento que parecia sofrer um vácuo político:

É fama que foi daqui Ordem para vir para esta Corte Cipriano Ribeiro Freire, e agora acrescentam que também Dom Miguel Pereira Forjaz para uma das secretarias: o certo é que a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, vaga por morte do conde de Linhares, ainda está interina nas mãos do Conde das Galveias.¹⁸²

A frágil situação do novo ministro joanino foi igualmente alvo de comentários do bibliotecário de D. João. Segundo Marrocos, Galveias convalescia de um “grande ataque de nervos”, o que o paralisava politicamente. Os assuntos de sua vida privada pareciam invadir o espaço público.¹⁸³ Neste sentido, ao repudiar o comportamento do político português, o funcionário real também levantava a hipótese da sua provável fraqueza na administração dos negócios públicos. É bom lembrar que a direção geral da Real Academia Militar estava entre uma das funções do ministro da Guerra. Logo, a missiva de Araújo Guimarães, assim como os

¹⁸¹ Memória Histórica e Política sobre a criação e estado actual da Academia Real Militar... *Op. Cit.*, p. 459.

¹⁸² MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro... Op. Cit.*, p. 127. (Carta 20).

¹⁸³ *Ibid.* “É de espantar e de enjoar o vício antigo, e porco deste homem, que a Vossa Mercê não será estranho; pois sendo homem e casado, desconhece inteiramente sua mulher, e nutre a sua fraqueza com brejeiros e sevandijas. Por causa deste vício, em que está mui debochado, tem padecido muitos ataques, que o paralisam totalmente; mas ele confessa que não pode passar sem *a sua diária!*” (Grifo do Original).

diversos pedidos da Junta Militar para o Conde das Galveias¹⁸⁴, parecem corroborar a suposição levantada por Marrocos nessa carta: a morte de Souza Coutinho reiterava sua ingerência em projetos culturais de seu exclusivo interesse, sendo sua morte a principal causadora do início do descrédito do novo *locus de saber*. Em outras palavras, a Academia Militar tornava-se uma instância cultural que teria pouco empenho político por parte do novo ministro.

No plano internacional, a morte de Linhares impulsionou a saída do Conde de Funchal da embaixada de Londres, que foi substituído por Palmela.¹⁸⁵ Ademais, entre os anos de 1812 e 1815 as mudanças no cenário europeu foram de grande relevância. Com o fim das guerras napoleônicas (1814), a Paz Geral e o Congresso de Viena (1815), o Velho Mundo passava por um processo de restauração das monarquias absolutistas o que, na prática, significava uma rearticulação das alianças entre as Coroas. Em 1814, D. João saudava Luís XVIII e abria os portos brasileiros ao comércio francês. Esse rearranjo político também norteou a escolha do seu novo ministério na Corte do Rio de Janeiro. Se Galveias foi o nome escolhido pelo regente para substituir interinamente

¹⁸⁴ Na correspondência da Junta Militar para o Conde de Galveias, uma carta nos chama a atenção. Na missiva de 21 de março de 1813, a Junta encabeçava o pedido de José Saturnino da Costa Pereira (professor do terceiro ano) e do físico Luís Antonio da Costa Barradas para que o ministro agilizasse o processo de conserto das máquinas necessárias ao ensino d'Academia. Diziam: “[...] sendo de agrado de V. Ex.^a, se digne ordenar que no Arsenal Real do Exército se consertem, e aprontem as Máquinas, e Modelos, que forem necessários à Academia Rela Militar, tirando-se partido das que vieram para esse fim, e se acham em poder do Inspetor Geral do Arsenal Militar”. ANRJ. IG3-2. (Sem numeração de páginas).

¹⁸⁵ Sobre a difícil transição ministerial portuguesa na embaixada de Londres, ver LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil...Op. Cit.*, p. 303-306.

o Conde Linhares¹⁸⁶, a partir de 1814 o principal ministro de D. João seria o Conde da Barca, que ao sair de um longo exílio político, enfim, pôde expressar publicamente sua francofilia entre os anos de seu ministério (1814 a 1817), como no caso da chegada da comitiva dos artistas franceses em 1816.¹⁸⁷

Araújo de Azevedo era assaz diferente de Souza Coutinho. Como o seu antecessor, também era um erudito com ampla experiência internacional, porém, sua política em relação à cultura era mais voltada para o âmbito das artes, das belas letras e da história natural. Mesmo sendo um experiente diplomata, o avanço do conhecimento intrínseco à arte da guerra parece ter ficado em segundo plano¹⁸⁸, até porque, como já dissemos, desde 1815 a Europa vivia um período de paz. Em 1818, precisamente um ano depois de sua morte, o professor de História Natural da Academia Militar, Francisco José da Costa Azevedo, escrevia para Thomaz

¹⁸⁶ Com a morte de Souza Coutinho, em 1812, João de Almeida de Melo e Castro, o Conde das Galveias (1756-1814) foi nomeado ministro e secretário dos negócios estrangeiros e da Guerra, acumulando este cargo com a Secretaria dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, da qual já era titular desde 1809. Manteve-os até a sua morte, em 1814, altura em que permanecia na condição de membro do Conselho de Estado. De acordo com a historiadora Ismênia Martins, Galveias foi um importante “defensor do Rio de Janeiro como centro político, econômico e social do reino português, sendo que suas correspondências revelam que “desde 1812, foi favorável à elevação do Brasil à condição de Reino”. MARTINS, Ismênia de Lima. In: NEVES, Lúcia; VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil joanino... Op. Cit.*, p. 256-259.

¹⁸⁷ Sobre as relações diplomáticas de Araújo com a França depois da Paz Geral, ver: SCHWARCZ, Lilia M. *O sol do Brasil:... Op. Cit.*, p. 173.

¹⁸⁸ Sobre os principais interesses do Conde da Barca enquanto viveu no Brasil, o pesquisador Antonio Pedro de Sousa Leite destaca as atividades científicas, como o seu laboratório químico, a instalação de uma fábrica de porcelanas, além de seus experimentos no Jardim Botânico com o chás estrangeiros. LEITE, Antonio Pedro de Sousa. *O Conde da Barca e o seu papel em alguns aspectos das relações culturais de Portugal com a Inglaterra e a Alemanha*. Braga: edição do autor, 1962. p. 13-42.

Antonio Vilanova Portugal, informando-o sobre o pedido do então ministro Conde da Barca. Segundo o relato do docente, Araújo de Azevedo havia solicitado o exame e avaliação de uma “Coleção de Conchas, que Francisco Antonio Cabral pretendia vender pelo preço de 600\$ réis”. O parecer dos estudiosos seria, então, levado à Junta da Direção dos Estudos da Real Academia Militar para que esta resolvesse junto ao monarca a compra “como fosse conveniente”.¹⁸⁹ O mineralogista ainda informava a Vilanova Portugal que, no que tangia à parte dos membros da Academia, o problema fora resolvido; porém, eles ainda estavam aguardando a resolução de D. João VI para disporem das conchas, já que o negócio do vendedor se encontrava empatado. Sutilmente, por fim, pedia agilidade na finalização de tal pendenga.¹⁹⁰

O avanço da História Natural também parecia ser o interesse prioritário de Azevedo no que concerne especificamente à administração da Academia Militar. Em um âmbito mais amplo, o ministro foi um grande incentivador da vinda de naturalistas europeus para o Brasil. Especificamente sobre o tema, o pesquisador Antonio Pedro de Sousa Leite analisa que “este movimento científico em torno de tão importante parcela do território nacional, encontrou em Araújo o mais decidido apoio, que se traduziu sobretudo no solícito acolhimento dispensado pelo nosso compatriota a todos os homens de ciência que ao Brasil se deslocaram naquela época”. Ainda de acordo com Leite, até Alexander Von Humboldt recomendava três naturalistas à sua proteção, fazendo-o

¹⁸⁹ Ofício de Francisco José da Costa Azevedo para Thomaz Ant. Vilanova Portugal, datado de 29 de junho de 1818. ANRJ. IG3-2. (sem numeração) (Grifos do Original).

¹⁹⁰ *Ibid.*

em consideração ao elevado prestígio do ministro português nos meios científicos franceses e alemães.¹⁹¹

Na documentação pesquisada, notamos que a correspondência entre a Junta Militar e os diferentes ministros dos Negócios Estrangeiros e da Guerra joaninos, além de uma prática habitual, compunha uma importante atribuição desses homens de Estado. Porém, a correspondência disponível ou preservada nos revela um dado muito curioso: durante o ano de 1817, período em que Azevedo esteve na direção de tal ministério, não encontramos *nenhuma* carta dirigida *diretamente* ao ministro. Tal fato nos coloca diante da hipótese do pouco interesse do Conde da Barca para com essa instituição régia ou, quiçá, de um conflito político entre os componentes da Junta Militar e Araújo Azevedo. Consideramos também a hipótese da perda de documentação, ou ainda, a carência de estudos historiográficos sobre este viés. De qualquer forma, é imprescindível lembrar que o projeto da Academia em questão era de autoria de d. Rodrigo de Souza Coutinho, o principal desafeto político de Azevedo. Por esse prisma, é bem plausível que os aliados do ministro anglófilo mantivessem as disputas e dificuldades no trato público com o Conde da Barca. Em uma publicação de 1820, o Conde de Funchal sob o pseudônimo de “R. da C. Gouvea”¹⁹², acusava Araújo de Azevedo de perseguir Linhares e seus amigos políticos. Segundo Funchal, Araújo de Azevedo

Denunciou muito em segredo o Conde de Linhares enquanto era vivo, perseguiu a sua memória depois de morto,

¹⁹¹ LEITE, Antonio Pedro de Sousa. *O Conde da Barca... Op. Cit.*, p. 42.

¹⁹² BASTOS, Débora. “A trajetória de Domingos Antonio de Sousa Coutinho: o Conde de Funchal (1760-1833)”, p. 8. In: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/TDAC.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2012.

cevou a sua vingança imponente contra ele, em tudo quanto lhe pertencia pelos vínculos mais estreitos da natureza e da sociedade. Reentrando no Ministério, recolheu dentro de sua pequena alma as poucas forças que lhe restavam espalhadas por membros já cacheticos [sic], e em breve paralíticos, para brandir e voltear arremessões de Autoridade Real contra D.D. [D. Domingos de Souza Coutinho] até ver se podia com o peso d'ela esmagá-lo.¹⁹³

Em agosto de 1816, a Junta Militar escrevia *diretamente* a D. João, rogando-lhe que ponderasse sobre a frágil situação da Academia, principalmente no que se referia à falta de docentes.

Este estado sobremaneira violento, e por certo danoso ao Real Serviço, pode de um instante para outro pode piorar ainda e consideravelmente se V. Majestade se não dignar prontamente de dar as precisas providências para remediar o mal presente, e atalhar os danos futuros. Sendo da obrigação da junta indicar a V. Majestade os meios que lhe parecem mais próprios para tirar a Academia desta urgente situação tem ela a honra de levar a Soberana Presença de V. Majestade o requerimento incluso de Luís Antonio de Mello[,] Tenente Assistente do Quartel, Mestre General da Divisão dos Voluntários Reais: o qual pretende entrar na Academia Real Militar em qualidade de Lente.¹⁹⁴

Para além de qualificar o currículo do novo lente – formado em matemática pela Academia Real da Marinha de Lisboa

¹⁹³ GOUVEA, R. da C. “Resposta pública à denúncia secreta que tem por título ‘Representação que sua majestade fez Antonio de Araújo de Azevedo em 1810’ oferecida ao juízo do público e da posteridade”. Londres: Oficina de R. E. A. Taylor, 1820, p. 2-3.

¹⁹⁴ Ofício da Junta Militar composta por Garção Stockler, João Manoel da Silva e Manoel Jacinto de Nogueira da Gama para o Príncipe Regente D. João, em 28 de Agosto de 1816. IG3-2. (sem numeração de páginas).

além de ter se especializado em Arquitetura Militar, Tática, Artilharia, e Hidráulica na Academia Real Militar do Reino –, a Junta ainda destacava que este fora elevado “pelo seu mérito” ao posto de Segundo-Tenente do Real Corpo de Engenheiros. Ademais, serviu igualmente por cinco anos de forma voluntária e gratuita no Colégio Militar de Portugal como lente de Matemática e Fortificação. Segundo a Junta Militar, toda a experiência do novo docente era comprovada por “honrosos e autênticos documentos”.¹⁹⁵ A extensa correspondência explicava em detalhes a situação da Academia. As cadeiras de Cálculo e Mineralogia estavam vagas, o que forçou o professor de História Natural a assumir também a disciplina de Mineralogia. Ademais, o mestre do segundo ano ausentara-se por conta de uma diligência do Real Serviço, tendo no seu lugar um lente substituto. Também o docente de física, Luís António Barradas, encontrava-se doente, o que o impossibilitava de lecionar. Por fim, a morte do professor substituto Vasco José de Paiva, Tenente-Coronel do Real Corpo d’ Engenheiros, tornava a situação caótica. Eis como termina o lamento dos diretores da Instituição:

Em consequência de todos esses acontecimentos foi forçoso suspender as Lições de Física: encarregar o Lente a cujo cargo estava a Cadeira de Geometria descritiva, da regência da Cadeira do segundo ano militar: e determinar que o Lente do quarto ano Mantemático se encarregasse também da regência da Cadeira do primeiro.¹⁹⁶

Como podemos notar, a correspondência da Junta Militar com os ministros reais e com D. João é uma documentação riquíssima. A partir dela é possível que conheçamos não apenas

¹⁹⁵ *Ibid.*

¹⁹⁶ *Ibid.*

a estrutura interna da Academia, mas também seus desafios cotidianos para mantê-la em funcionamento de acordo com as diretrizes do decreto régio de 1810, assim como a disputa de poder que envolvia muitos sujeitos históricos: os ministros reais, os dirigentes do *locus* (Junta Militar), os docentes e, por fim, os alunos. Diante dessa complexa teia de relações sociopolíticas, notamos o esforço da Junta Militar de colocar em vigor a política de premiações. Em 20 de março de 1813, por exemplo, a Junta informava ao Conde das Galveias os discípulos que haviam se destacado no ano de 1812. Os premiados do segundo ano eram o Major do Estado Maior Luís Antonio de Abreu e Lima, o tenente da Artilharia da Corte João Paulo dos Santos, e o Tenente da Artilharia do Pará Diogo de [ilegível] Vasconcellos Cabral. Aos matriculados do terceiro ano, também eram premiados Firmino Herculano de Moraes Ancora, Manoel José de Oliveira, e João Carlos Pessoa, todos Primeiros-Tenentes de Artilharia da Corte.¹⁹⁷ Já em dezembro de 1816, a Junta Militar noticiava o Marquês de Aguiar, então ministro da Guerra¹⁹⁸, sobre uma querela interna referente à insubordinação do Lente de Desenho, o qual autorizava seus alunos a fazerem os exames sem terem frequentado as aulas. Segundo a Junta, tal atitude feria o decoro da Corporação dos lentes uma vez que

[...] só servia de [sic] demonstrar a inconsideração, com que o Professor, carecendo de direção sobre o modo de

¹⁹⁷ Ofício de encaminhamento do mapa referente ao ano de 1812 para o Conde de Galveias. O documento foi assinado pela Junta Militar (Carlos Antonio Nacion, João Manoel da Silva e Manoel Jacinto da Gama), em 20 de março de 1812. ANRJ. IG3-2, (sem numeração de páginas).

¹⁹⁸ Depois da morte do Conde de Galveias, em 1814, Fernando José de Portugal e Castro (Marquês de Aguiar) assumiu o posto de Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, dirigindo-o até o final de 1816.

desempenhar os seus deveres, em vez de recorrer à Junta por sua Majestade criada para este efeito, preferiu entender-se com o lente do Sétimo Ano, cujos conselhos adotou como regra legítima de sua conduta.¹⁹⁹

Para a Junta, o “espírito de insubordinação que vai ganhando neste Régio Estabelecimento” devia ser rigidamente punido por ser contrário às bases que norteavam a disciplina militar, isto é, o absoluto respeito à hierarquia. Sob essa ótica, exaltavam o comprometimento de todos os envolvidos na defesa da ordem interna para preservar, conseqüentemente, a ordem pública. Alegavam ainda que sem esta premissa a existência útil do espaço ficava seriamente ameaçada. Para tanto, o chefe da Academia deveria ser “munido de um proporcionado grau de instrução e autoridade, para punir as faltas de seus súditos” através de castigos, considerados a melhor forma de correção.²⁰⁰

A concepção dos dirigentes militares revelava um traço muito forte da sociedade de corte: o valor à subordinação, compreendida como “ordem estabelecida entre certas pessoas, pelas qual uns dependem das outras que lhe são superiores, e tem o direito de as dirigir [sic]”.²⁰¹ Se a quebra da máxima de respeito à ordem monárquica fora transgredida, colocava-se em xeque também o poder da instrução, do arbítrio e, em última instância, da condução (e sucesso) do projeto político da Coroa, a salvaguarda da integridade imperial. Por essa razão, a Junta alertava o monarca para que tomasse medidas urgentes. É bom lembrar que esse fato ocorreu às vésperas de 1817, quando a crítica política ao Antigo Regime Português tomaria feições mais dramáticas

¹⁹⁹ Ofício da Junta Militar para o Marquês de Aguiar, em 20 de Dezembro de 1816. ANRJ. IG3-2, (sem numeração de páginas).

²⁰⁰ *Ibid.*

²⁰¹ Verbetes Subordinação. Dicionário Moraes e Silva, Vol. 2, p. 732.

nos dois lados do oceano. Nomeadamente, no Brasil, a Revolução Pernambucana de caráter republicano; em Portugal, a Conspiração de Gomes Freire.

Aqui fazemos uma importante ressalva sobre a revolta lusitana. De forte influência maçônica, a contestação foi de caráter estritamente militar e reuniu jovens oficiais insatisfeitos com os governadores do Reino e a sua submissão política aos militares ingleses no país, sob a direção de Beresford. Ademais, os revoltosos tiveram na figura de Gomes Freire o seu principal líder. “Freire tornara-se o confidente, o polo de confluência dos militares afastados ou licenciados por Beresford, de todos os descontentes” contextualiza o pesquisador Fernando Pereira Marques. A situação era alarmante: o atraso no pagamento dos soldos era uma grave realidade, sendo que o Real Erário não tinha meios financeiros para saná-la: “[...] por vezes uma parte dos tratamentos é paga em papel, e sucedem casos em que a alimentação falta aos soldados e aos subalternos”, comenta o historiador.²⁰²

O movimento foi violentamente reprimido por Beresford e o governador D. Miguel Pereira Forjaz. Os envolvidos foram executados em praça pública e passaram à História como os “mártires da pátria”. Segundo Marques, a repressão deixou Lisboa horrorizada: desde a execução dos Távora a cidade não assistia a um bárbaro espetáculo. Pela ótica de Forjaz e Beresford, era “necessário fazer uma demonstração de força, feroz e eloquente” que acabasse em definitivo com “com o espírito de rebelião que aumenta[va] por todo o lado” e colocava em causa a vigência do regência portuguesa, que dependia dos militares ingleses.²⁰³

²⁰² MARQUES, Fernando. *Exército e sociedade em Portugal... Op. Cit.*, p. 180.

²⁰³ *Ibid.*, p. 185-186.

De fato, ao tornarem-se “o símbolo da revolta necessária”²⁰⁴, os insurgentes expunham uma situação política delicadíssima: a Coroa já não contava com o apoio incondicional do exército para a manutenção do Império Português no Velho Mundo. Começava a ruir uma de suas principais bases de sustentação em Portugal.

Deste lado do Atlântico, os anos de 1817 a 1821 foram de grande instabilidade política. Com a morte do Conde da Barca, Thomaz Antonio Vilanova Portugal despontava como o principal ministro de D. João. Com amplos conhecimentos de jurisprudência e economia política, Vilanova Portugal reuniu sob sua direção “o reino, o erário, os negócios estrangeiros e a guerra”. Entre os anos de 1818 e 1821 sua administração foi tão próxima ao monarca que Oliveira Lima o denominou de “ministro universal de um rei absoluto”.²⁰⁵ Nesses anos, a efervescência política parecia também atingir a estabilidade da Academia Militar. Em 01 de janeiro de 1819, seus diretores remetiam a Vilanova Portugal o mapa referente ao resultado dos trabalhos realizados em 1818. As conclusões não eram nada animadoras:

[...] Nas diversas aulas da Academia apenas se matricularam sessenta e seis Discípulos [,] dos quais trinta perderam o ano, cinco não fizeram exame e um foi reprovado, vindo assim a aproveitar-se apenas trinta e três. Não houve quem frequentasse as aulas do sexto ano; e ninguém frequentou nem pôde frequentar a de Física, porque a correspondente Cadeira permanece vaga, apesar das representações e propostas da Junta da Direção da Academia.

É evidente a decadência em que vai este Estabelecimento, ainda comparando o ano letivo de 1818 [a]o de 1817 não

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 186.

²⁰⁵ LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil... Op. Cit.*, p. 152.

obstante o extraordinário motivo que então ocasionou a interrupção dos estudos de parte dos seus Alunos.²⁰⁶

Para além de apontar as causas do declínio do espaço de educação, a Junta referia-se ao impacto político da Revolução Pernambucana no Império Português, sobretudo em relação às providências governamentais para conter as consequências do movimento: entre elas, estavam o envio de oficiais militares para abolir a semente contestatória de carácter republicano no nordeste do país. “A revolução de 1817 acarreta o trancamento de matrícula de muitos alunos, que recebem ordem para seguir integrando as forças enviadas contra os revoltosos. Até professores deixaram suas cátedras e partiram com idêntico destino”, informa Jehovah Motta.²⁰⁷ Os problemas políticos pareciam influir diretamente no declínio pedagógico da Academia. Com isso, a Junta Militar finalizava a carta com as informações acerca de sua atuação: as representações sobre os “defeitos inerentes a esta Régia Instituição”, as propostas para saná-los, e a espera da consideração de D. João VI para “providenciar [as soluções] como convém ao bem do Seu Real Serviço.”²⁰⁸ Sobre a formação intelectual dos militares, José Carlos de Oliveira ressalta que “a preocupação de elevação do nível científico dos oficiais do exército não se fazia sentir como algo objetivo e desejado pelos próprios oficiais”, uma vez que estes “certamente não viam ganhos significativos nem financeiros ou práticos, já que diziam persuadidos de sua inutilidade para galgar postos superiores.”²⁰⁹

²⁰⁶ Ofício da Junta Militar para Thomaz Antonio Vilanova Portugal, em 01 de janeiro de 1819. ANRJ. IG3-2 (sem numeração).

²⁰⁷ MOTTA, J. *Formação do oficial do exército... Op. Cit.*, p. 36-37.

²⁰⁸ Ofício da Junta Militar para Thomaz Antonio Vilanova Portugal... *Op. Cit.*

²⁰⁹ OLIVEIRA, José Carlos. *D. João VI, adorador do Deus das ciências?... Op. Cit.*, p. 197.

Para além do pequeno número de discípulos, tinham que lidar cotidianamente com o problema da indisciplina. Para contê-la, a Junta Militar não hesitou em solicitar auxílio à Vilanova Portugal. Em meados de 1820, pediam os dirigentes da instituição ao ministro:

Que sua Majestade autorize para ordenar a sentinela do Corpo de Polícia que todos os dias se forem à porta da entrada da Academia, que logo que veja praticar daquela porta para dentro qualquer desordem entre os Discípulos; prenda os que nela tiverem parte à/ ordem de V. Ex.^a como Inspetor da Academia, e conduzindo-os ao Corpo de Guarda daí sejam remetidos para a Cadeia pública da onde não sejam soltos sem ordem de V. Ex.^a.²¹⁰

Muito provavelmente, o temido espírito de insubordinação tornava-se recorrente dentro dos corredores da instituição. Tal situação era intrínseca à grave crise política enfrentada pelo Império Português: a crítica ao *status quo* ganhava cada vez mais a arena pública, tornando-se objeto de discussão entre os súditos reais. Dentre eles, há que se destacar a importância social dos militares, cuja condição legitimava uma relação mais próxima com o monarca. “Ao conceder a graduação [o Rei] concedia também um estatuto social que modificava a estratificação tradicional. A nobilitação, o reconhecimento da importância de certas situações profissionais ou sociais, era função do serviço do Estado”, conceitua o pesquisador Fernando Marques.²¹¹ Como já apontou José Carlos de Oliveira, foi “notória a instabilidade e fragilidade do cotidiano na Academia Real Militar”.²¹² Portanto, às vésperas

²¹⁰ Ofício da Junta Militar para Thomaz Antonio Vilanova Portugal.... *Op. Cit.*

²¹¹ MARQUES, Fernando. *Exército e Sociedade em Portugal...* *Op. Cit.*, p. 53.

²¹² OLIVEIRA, José Carlos. *D. João VI, adorador do Deus das ciências?... Op., Cit.*, p. 196.

da Revolução do Porto, também deste lado do Atlântico a direção do *locus* necessitava da ajuda explícita da Intendência da Polícia para refrear a postura crítica que parecia prevalecer entre seus alunos, principalmente no que concernia ao ideal de respeito à hierarquia e, conseqüentemente, ao *status quo*, já tão fortemente abalado depois de 1817. Desde então, “estava nítido, dentro do governo, o perigo da ruptura das relações entre Brasil e Portugal, que atingia a própria condição do soberano e seus vínculos necessários e imprescindíveis com o seu povo, conformado nas Cortes”.²¹³ Na prática, portanto, o princípio máximo de autoridade real e soberania do Império passava a ser questionado.

Os anos de 1820-1821 marcaram transformações profundas na cena política luso-brasileira. No Reino os *Vintistas* exigiam a convocação das Cortes e faziam-no em nome da “salvação da Pátria”.²¹⁴ Ao elevarem a bandeira da monarquia constitucional, os revolucionários colocavam em xeque a concepção do poder absoluto: a luta era em prol de um novo pacto político, no qual o equilíbrio entre os poderes evitaria os males do despotismo. No *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa*, as reivindicações se justificavam pelas “luzes do século, e as circunstâncias políticas do mundo civilizado”.²¹⁵ Era o sinal dos novos tempos, agora pautado pela emergência do espaço público liberal.

Os ecos da Revolução do Porto deste lado do Atlântico foram amplos e irreversíveis. No raiar do ano de 1821 as adesões das províncias às Cortes, que aconteciam por todo o Brasil com

²¹³ SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Pátria Coroada: o Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*, Ed. Unesp, 1999, p. 78.

²¹⁴ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia... Op. Cit.*, p. 171.

²¹⁵ FERNANDES, Thomaz. *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa*, p. 219. *Apud*. SCHIAVINATTO, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada... Op. Cit.*, p. 83.

repercussões absolutamente diferenciadas, davam o tom da cena política.²¹⁶ No Rio de Janeiro, especialmente, nasciam novos atores políticos protagonizados pelo grupo dos “liberais”, homens que “desde fins do século XVIII, buscavam construir fortunas e ascender na esfera pública”²¹⁷ e se contrapunham aos políticos da alta burocracia portuguesa, representada pela nobreza emigrada, os comerciantes de *grosso trato*, como a família Carneiro Leão, e os ministros de Estado, entre eles Silvestre Pinheiro Ferreira e Vilanova Portugal.

Na capital do Império duas mobilizações políticas marcariam o os primeiros meses de 1821. Em 26 de fevereiro, a manifestação militar liderada pelos liberais no largo do Rocio²¹⁸ exigia o juramento de D. João VI à constituição de Lisboa e a substituição dos principais ministros de Estado, sendo eles também partidários da monarquia constitucional e da volta do Rei para Portugal. Pacífico, o movimento contou com a maciça adesão dos militares. Em um primeiro momento, os liberais se articularam com as tropas de linha e milícias, que se encontravam

²¹⁶ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a Nação... Op. Cit.*, p. 292-299. O Pará foi a primeira província a aderir ao projeto constitucional em 1º de Janeiro de 1821, seguido do Maranhão e do Piauí. Em 10 de fevereiro era a vez da Bahia. Segundo Clocllet da Silva, “nesta capitania, como na de Pernambuco, o movimento resultou, em grande parte, da ação de brasileiros libertos da revolução de 1817, cujos ânimos conseguiram ser totalmente sufocados pelos esforços dos respectivos governadores locais.” (p. 298).

²¹⁷ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini Salles. *A astúcia liberal. Op. Cit.*, p. 107. Entre os principais líderes estavam Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, Luís Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho e Manoel dos Santos Portugal.

²¹⁸ Para a compreensão dos múltiplos interesses desse grupo, suas divergências políticas e as estratégias de luta ver OLIVEIRA, Cecília, *A astúcia liberal... Op. Cit.*, cap. III. (107-196); NEVES, Lúcia Bastos. *Corcundas, constitucionais e pés de chumbo: A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Ed Revan, FAPERJ, 2003. Parte II e Parte III (p. 119-285).

“insatisfeitos com a demora para efetivar as promoções e que perceberam, nesta manifestação, um modo de expressar seu desgosto e exigir providências”.²¹⁹ As reivindicações das tropas referiam-se aos baixos salários e soldos atrasados; já os soldados portugueses lutavam pelo retorno à Pátria.

A cidade acordava aos tiros de canhões contando com a presença da Artilharia Montada da Corte, o Batalhão de Infantaria português n. 2, o Batalhão de Caçadores n. 3 do exército luso, o Regimento de Artilharia de Guarnição. Além disso, houve adesão de outros batalhões, o que deu ainda mais força ao movimento.²²⁰ Essa estratégia de grande aparato militar alcançou a vitória almejada. D. João VI aceitou todas as reivindicações, com destaque para o respeito à Constituição.

Em meados de abril de 1821, a radicalização da situação de grande tensão política ainda contava com dificuldades econômicas nada desprezíveis. Em 07 de março D. João havia anunciado a sua volta à Lisboa no mesmo momento em que convocava a reunião de eleitores paroquiais, responsáveis por escolherem os representantes das comarcas que, por fim, elegeriam os deputados para comporem as Cortes.²²¹ Em fins de abril, entretanto, a sociedade joanina ainda aguardava a publicação dos decretos assinados pelo Rei, o que causava ainda mais tensão entre os diversos grupos políticos em disputa.

A antecipação em um dia da reunião que garantiria os moldes do governo de D. Pedro (a data oficial era 22 de abril)

²¹⁹ SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Pátria Coroada... Op.Cit.*, p. 93.

²²⁰ Relação dos Acontecimentos do Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro em 1821 e algumas circunstâncias que o precederam e o produziram. BNP. Seção de Reservados. Cód.10.759.

²²¹ Para a compreensão desse intrincado sistema eleitoral e interesses políticos em jogo ver OLIVEIRA. Cecília. *A astúcia liberal ... Op. Cit.*, Cap. 3.

provocou graves conflitos entre os liberais e os demais grupos políticos, nomeadamente os nobres emigrados e comerciantes de grosso trato que objetivavam o controle das decisões. Mais uma vez, o espaço público foi palco de uma parada militar. Desta vez, no entanto, o tom não foi nada pacífico. Com o apoio das tropas milicianas e regimentos policiais, os liberais organizaram uma manifestação na Praça do Comércio. Como conceitua Marco Morel, “as praças aparecem como espaços abertos e de certo modo, em aberto, isto é, como passíveis de serem apropriados por determinadas interferências coletivas”. Estes espaços públicos, portanto, ao mesmo tempo em que fixavam identidades também tendiam a transformá-las, como decorrência de uma intensa disputa.²²²

Neste dia a Praça do Comércio também contou com a presença do “povo”.²²³ Enquanto os liberais defendiam alguns princípios da Constituição Espanhola de 1812, dentre eles o que designava o poder soberano aos cidadãos (que entre outras coisas perpassava a garantia de direitos individuais de propriedade e total liberdade de imprensa²²⁴), o “povo” – composto por mascates, artífices, caixeiros, milicianos, homens pobres livres, sapateiros, professores régios, ourives e outros tantos – atuou *ativamente*, exigindo que suas propostas políticas também fossem

²²² MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos... Op. Cit.*, p. 164-165.

²²³ *Ibid.*, p. 165-189. Como nos esclarece Marco Morel, a noção de povo “era estabelecida segundo critérios de representatividade da época, no quadro do liberalismo constitucional e das eleições censitárias e indiretas que serviam para designar os parlamentares.” Porém, essa multidão que não possuía direitos políticos representativos, mas que impostavam suas vozes de maneira ativa nas decisões a serem tomadas, já começavam a caracterizar, segundo Morel, a acepção moderna de “Povo”, segundo a qual “não apenas os comerciantes, seus agregados e clientes, mas também diferentes camadas da população, que iam marcando presença na cena urbana, como membros das elites letradas e mesmo membros da ‘plebe.’”

²²⁴ OLIVEIRA, Cecília. *Astúcia liberal... Op Cit.*, p. 142.

contempladas, o que desencadeou uma explosão de ânimos. Pela ótica dos liberais, o “povo” deveria compor a multidão na praça sendo, antes, usado como massa de manobra. Porém, ao contrário do previsto, a face de centenas de pessoas alijadas do processo eleitoral passou a ter contornos bem precisos. Devido ao reboiço e ao acirramento de exigências, com pontos de vista díspares e conflituosos, D. Pedro autorizou a atuação repressiva das tropas de linha e de regimento da divisão portuguesa. Segundo o contemporâneo dos fatos José Domingues Moncorvo,

A 6ª companhia do batalhão de caçadores de Portugal, tendo a sua testa o major graduado Peixoto, apresentou-se na frente da porta do edifício em linha de batalha com 25 filas de frente, e deu para dentro uma descarga de 50 litros, e logo dobrando filas entraram no salão, e carregaram a baioneta calada os cidadãos desacomodados que se achavam dentro [...]. Outras pessoas do povo foram indistintamente mortas e, um número maior, lançando-se ao mar com precipitação, encontrou nas ondas a morte que evitava. Porém, o que denegria estes soldados desencaminhados e ferozes, foi que, não contentes de tirarem a vida de seus próprios concidadãos, traficavam nelas, recebiam ou roubavam o que achavam de mais precioso, e saquearam os móveis de prata do serviço da casa.²²⁵

Ao contrário do movimento de 26 de fevereiro, a manifestação de 21 de abril foi violentamente reprimida pelas tropas do governo. O episódio teve várias versões.²²⁶ A despeito disso, nos

²²⁵ MONCORVO, José Domingues de Attaide. “Sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de Abril de 1821 na Praça do Comércio do Rio de Janeiro. Escrita em Maio do mesmo ano por uma testemunha presencial”, In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo XXVII, parte primeira, Rio de Janeiro, Tipografia Luis dos Santos, 1864. p. 288.

²²⁶ MEIRELLES, Juliana. *Imprensa e poder na corte joanina... Op. Cit.*, p. 204-208.

interessa aqui destacar, mais uma vez, a importância dos militares nesses acontecimentos: como críticos do *status quo*, em fevereiro, ou mantenedores da ordem, em abril, estes sujeitos históricos alcançaram seus objetivos. Seja pela presença organizada em batalhões, seja pelo uso da força física desmedida. Dentro ou fora dos muros da Real Academia Militar, agindo de forma pacífica ou violenta, a presença desses sujeitos históricos foi decisiva durante todo o período joanino. Não foi à toa que a formação intelectual desses homens foi objeto de tamanha atenção por parte da Coroa portuguesa nos dois lados do Atlântico.²²⁷ Eles eram os “guardiões da ordem pública”, aqueles que deveriam apreender uma específica cartilha pedagógica: do ensino das primeiras letras ao conhecimento científico de ponta. Para os militares do Império Português, teoria e prática eram intrínsecas ao principal desafio governamental: a manutenção do Estado monárquico soberano.

A soberania política do Império Português também contou com um capital simbólico de peso: a constituição das bibliotecas régias nos dois lados do Atlântico. Possuir um *locus* de cultura que congregasse toda memória possível acerca das grandezas da monarquia foi uma tarefa absolutamente valorizada pela Coroa lusitana, sobretudo em tempos de ilustração. Neste sentido, os livros, os leitores e as múltiplas leituras acerca da realidade vivida apareciam como objeto de constante preocupação. O capítulo que se segue tem como tema justamente o nascimento, estruturação e vigência das bibliotecas régias no Império português, entre o final do século XVIII e o raiar do XIX. A manutenção da integridade imperial perpassava, necessariamente, pelas leituras que os súditos ilustrados faziam acerca da força do Império.

²²⁷ Sobre a determinação de D. João referente ao ensino militar no Reino, ver FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC: Op. Cit.*, p. 369-398.